

**O lugar do rural na Baixada Fluminense:
Incorporação urbana, luta pela terra e articulações rufo-fabris em
Duque de Caxias**

Aline Borghoff Maia*

1. Introdução

Entre os anos 1950 e 1980 ocorreram mais de duzentos conflitos fundiários no campo fluminense. Dentre estes, cerca da metade eclodiu no que hoje conhecemos como a Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹. Embora tais dados sugiram a existência de um meio rural ativo e permeado de tensões oriundas de relações sociais e produtivas complexas, ainda são poucos os trabalhos que alçaram a condição de objeto de pesquisa os conflitos e a luta pela terra neste território do estado, mais comumente conhecido por suas características e problemáticas tipicamente urbanas.

Buscando contribuir para este campo secundarizado de estudo, o presente artigo se propõe debruçar sobre uma área da Região Metropolitana acentuadamente marcada por sua posição periférica em relação à capital carioca: a Baixada Fluminense². Procuraremos evidenciar como uma série de processos sociais locais é obscurecida através das abordagens hegemônicas da historiografia e das produções acadêmicas que, aliadas ao sentido das políticas públicas e ao imaginário produzido pela grande mídia, têm como foco os problemas referentes à dicotomia núcleo-periferia e contribuem para a consolidação de uma visão teleológica do rural nesta grande área do Estado do Rio de Janeiro.

A invisibilização da relação entre a expansão das fronteiras urbana e industrial do núcleo metropolitano e as dinâmicas fundiárias da Baixada, salvo valiosos esforços de pesquisadores e coletivos engajados em recuperar a memória da luta pela terra na

* Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ).

¹ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá. Para mapa da região, ver: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf Acessado em Janeiro de 2016.

² Para além de uma região circunscrita a determinadas características fisiográficas, a conceituação da Baixada Fluminense foi e continua sendo objeto de disputas interpretativas que incorporam à sua conceituação geográfica aspectos de natureza social, política e econômica. Não adentraremos no escopo desta discussão e utilizaremos a classificação do IBGE para delimitar a região. Segundo a instituição, os municípios que compõem a Baixada são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

região³, revela mais do que uma hierarquização deliberada de objetos passíveis de análise e publicização: é sintomática de um processo histórico de estruturação das cidades capitalistas que “vocaciona” determinados territórios à satisfação das necessidades das grandes capitais. Neste sentido, acreditamos ser possível afirmar, concordando com Amador (2013) e Abreu (2011), que grande parte da Baixada Fluminense tenha sido vocacionada, especialmente a partir dos anos 1930, à industrialização e à periferização⁴ orientadas pelo Estado a partir dos interesses do capital.

Dentro desta perspectiva de compreensão regional, a incorporação urbana das áreas rurais da região torna-se um destino pouco problematizado. O campo, compreendido sob a ótica do desenvolvimento como espaço arcaico fadado à modernização, perde sua consistência histórica e social e desqualifica-se como objeto de estudo na medida em que o rural se confunde com o atraso e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade (WANDERLEY, 1997). As lutas camponesas, conseqüentemente, passam a constituir uma dimensão silenciada da luta de classes que acompanha os processos de urbanização.

Evidentemente, a análise que propomos não pretende isolar o elemento rural do contexto regional mais amplo no qual ele se insere na Baixada Fluminense, qual seja, o de intensa expansão das fronteiras urbanas marcada pela formação de subúrbios, alocação de plantas industriais e mercantilização do solo para fins de especulação imobiliária e loteamentos. É nosso objetivo, entretanto, demonstrar que a urbanização, trabalhada como “um dado, sem indicar os deslocamentos sociais e possíveis atritos gerados por seus processos” (GRYNSZPAN, 1987, p. 19), é insuficiente como chave de compreensão da realidade e das dinâmicas próprias das áreas rurais fluminenses, palco de sérios conflitos fundiários.

³ Refiro-me às teses, dissertações, artigos e relatórios de pesquisa que se ativeram, especificamente, à questão das lutas por terra na Baixada e no estado do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1982; GRYNZPAN, 1987; ERNANDEZ, 2010; MEDEIROS, 1983, etc); às publicações das memórias de lideranças camponesas que atuaram na região (PUREZA, 1982; SILVA, 2008); e aos coletivos acadêmicos e culturais locais (Revista Pilares da História; Museu Vivo do São Bento; Associação de Amigos de Duque de Caxias etc.)

⁴ Entenda-se por “periferização” mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem (ABREU, 2011, p. 15).

Somamo-nos, assim, ao polissêmico e interdisciplinar grupo de pesquisadores interessados em discutir as várias relações possíveis entre o rural e o urbano⁵ – e, cumpre sublinhar, não poderíamos deixar de fazê-lo tendo como objeto de interesse as lutas pela terra ocorridas em Duque de Caxias, município mais populoso e industrializado da Baixada Fluminense. Partimos do pressuposto de que não poderemos apreender devidamente o lugar do rural na região sem que o consideremos em sua articulação com os espaços e dinâmicas urbanas e, especificamente, periféricas. Não quer dizer que ignoremos as particularidades sociais, históricas e subjetivas que caracterizam a ruralidade, mas que a compreendemos a partir das relações de interdependência (ELIAS, 1991) que se tecem e se reconfiguram a partir da expansão das fronteiras metropolitanas⁶.

Estas relações nos são caras para sustentar a hipótese que tentaremos construir ao longo do texto: os processos oriundos da urbanização ou, em outras palavras, as rápidas transformações pelas quais passou a Baixada Fluminense em virtude de sua incorporação urbana de caráter periférico e industrial, constituem-se tanto na origem das situações conflitivas como, em certa medida, em parte das condições que propiciaram a organização das resistências tais como elas se delinearam. A partir de uma breve contextualização histórica, exploraremos, portanto, as várias articulações possíveis entre a valorização fundiária de natureza loteadora, especulativa e fabril da região em tela; os despejos, ameaças e formas de repressão que se abateram contra os lavradores ocupantes das terras em processo de mercantilização e o desenvolvimento das resistências e estratégias de luta por eles organizadas.

Empiricamente, nos concentraremos em um conflito emblemático deflagrado nas terras da Fazenda São Lourenço, localizada em Xerém, 4º distrito do município de Duque de Caxias. Vizinha à antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM)⁷, grande empreendimento industrial de natureza autárquica que se instalou na região em 1942, a Fazenda foi palco de uma pioneira resistência armada organizada por lavradores ameaçados de despejo por atores interessados na valorização exponencial da região.

Os efeitos da territorialização da ‘Fenemê’ em uma vasta área eminentemente rural, bem como a sua relação com o conflito em destaque, devem ser compreendidos, conforme discutimos mais acima, no bojo das profundas transformações econômicas

⁵ Para uma sistematização das vertentes teóricas que se discutem a relação rural-urbano, ver Santos e Hespanhol (2013).

⁶ Ver, entre outros, Wanderley (2009); Lefebvre (2009) e Carlos (2008).

⁷ Ou, na linguagem oral que se popularizou, “fenemê”.

que atingiram, de diversas maneiras, as dinâmicas fundiárias da Baixada Fluminense desde o final do século XIX, mas, acentuadamente, a partir da década de 1930.

As dilatações do centro metropolitano carioca cumprem função fundamental para a compreensão deste processo. Por um lado, o crescimento econômico e populacional da capital demandava esforços no sentido da garantia de seu abastecimento agroalimentar; por outro, impunha também a necessidade urgente de absorção da massa trabalhadora expulsa do núcleo urbano por uma política de cidade que já se mostrava segregacionista. Somando-se a tais contingências, à industrialização em ascensão requeria-se que buscasse territórios rentáveis e estratégicos para alocação de investimentos. Da criação dos núcleos de colonização ao *boom* de loteamentos imobiliários e industriais, as políticas de desenvolvimento da Baixada, sempre relacionadas à satisfação das demandas do Rio de Janeiro, promoveram mudanças substanciais na região. Para os objetivos do presente artigo, nos interessará sublinhar, dentre elas, a valorização de suas terras e a atração massiva de trabalhadores de diversas origens e trajetórias em busca de trabalho e moradia acessíveis.

Compõe-se, deste contexto, um cenário fundiário permeado por atores heterogêneos e conflitos reescritos por novos termos de disputa. Emergem antagonismos que transbordam a dicotomia fazendeiros/lavradores, pois a terra, em franca mercantilização, passa a ser alvo do interesse de especuladores, empresários e políticos. Outra face da mesma moeda, também os trabalhadores ameaçados de despejo por este processo estruturam uma coletividade não uniforme, pois que transitam por variados espaços de trabalho e sociabilidade e se relacionam com a terra de maneiras distintas. Delineiam-se, em termos bastante gerais, situações conflitivas que se explicam pela transição entre uma estrutura agrária tradicional decadente – caracterizada por grandes propriedades “improdutivas” reguladas por titularidades jurídicas frágeis e contratos costumeiros de trabalho e ocupação – e um solo rural resignificado pelas dinamizações mercantis e populacionais promovidas pela expansão das fronteiras urbanas.

A Fazenda São Lourenço, assim como diversas fazendas vizinhas que também passaram por tensionamentos sociais semelhantes, foi sendo atingida de maneira cumulativa por estas transformações. Se os efeitos dos fluxos migratórios direcionados a Xerém já se faziam notar desde o início da construção da rodovia Rio-Petrópolis (1927) e da criação dos núcleos de colonização em princípios da década de 1930 (SANTOS, 2002), a periferização industrial da região, alavancada pela chegada da

Fábrica Nacional de Motores, potencializou as mudanças que, mais tarde, fariam eclodir o conflito que nos interessa.

Como qualquer grande indústria de base, a FNM atraiu milhares de trabalhadores vindos de diferentes partes do estado do Rio de Janeiro e de fora dele. Para receber tal contingente, e mantê-lo ali, as primeiras administrações do empreendimento dedicaram-se a construir uma estrutura fabril de natureza autárquica. Em outras palavras: para além das unidades propriamente industriais destinadas à fabricação de peças de avião, o projeto propunha edificar em Xerém uma “cidade dos motores” dotada de infraestrutura e serviços modernos a serem usufruídos por seus empregados.

Embora este tipo de concepção industrial tenha sido comum em outras experiências fabris, o plano autárquico da “Fenemê” possuía uma particularidade que é, justamente, o motivo de nosso interesse em pô-lo a dialogar com os conflitos por terra deflagrados em fazendas a ele vizinhas. Qual seja: instalado em um amplo território eminentemente rural, o empreendimento propulsionou a formação de lavouras e criadouros com o intuito de garantir a sua autossuficiência alimentar. Para isso, firmou contrato com diversos lavradores que, apesar de trabalharem para a fábrica, passaram a desenvolver dinâmicas próprias de relação com a terra que lhes era de direito ocupar. Se pensarmos para além das relações formais de trabalho e ocupação, acreditamos ser possível deduzir, também, que uma conjuntura como esta tenha propiciado uma movimentação heterogênea de ocupação de terras que, possivelmente, extrapolou os limites fronteiriços e contratuais da FNM.

Eis o cenário: milhares de trabalhadores chegam a Xerém atraídos pela Fábrica Nacional de Motores. Vários deles engajam-se formalmente nas atividades fabris, enquanto outros tantos se dedicam à produção agroalimentar para abastecimento da Fábrica. Vez ou outra, um lavrador pode fazer hora extra como operário, ou um operário pode almejar uma terra para plantar nas áreas de posse de sua empregadora. Há, também, um contingente populacional que não consegue vínculo empregatício algum, mas, sabendo das oportunidades latentes e da grande quantidade de terras “disponíveis”, ergue casinha em algum espaço livre, podendo ele, inclusive, ser parte da área de alguma das fazendas vizinhas. Elas, por sua vez, para além de receberem novos ocupantes, também passam a ser cobiçadas por atores externos interessados na valorização crescente da região.

Vai se delineando, desta forma, uma situação fundiária e uma realidade de relações sociais bastante complexas que, ao nosso entender, devem ser apreendidas na chave analítica das articulações rufo-fabris. É, pois, a partir do estudo de tais articulações que intencionaremos refletir sobre os conflitos por terra, as formas de repressão e as estratégias de resistência que tiveram como pano de fundo a Fazenda São Lourenço. Através deste exercício, buscaremos refletir sobre a contextualidade das ações dos sujeitos envolvidos nos tensionamentos, entendendo-a como expressão de relações sociais construídas no imbricamento, perceptível no plano das relações produtivas e de sociabilidade, entre os universos operário e camponês. Orienta-nos a ideia, já mencionada, de que a categorização entre o que costumeiramente se denomina rural e urbano é insuficiente para entender os processos sociais que explicam a mobilização protagonizada pelos lavradores da área conflitiva. A circulação de lideranças e trabalhadores, o intercâmbio de experiências militantes e ideais políticos entre as categorias e a contribuição de mediadores diversos firmam-se, neste sentido, como elementos notáveis no equacionamento das lutas que sucederam as intimidações e expropriações ocorridas no entorno da Fábrica Nacional de Motores.

Embora o conflito tenha alcançado seu ponto crítico no começo da década de 1960, propomos um recorte temporal de análise mais amplo. Objetivamos, com esta escolha, apresentar o panorama de antecedentes que gestaram as tensões sociais supracitadas. Dedicaremos atenção especial, também, aos efeitos do golpe civil-militar, ocorrido em 1964, nas áreas em tela. Adiantamos, neste sentido, que as articulações políticas e de resistência travadas entre as categorias de trabalhadores rurais e urbanos, bem como o papel da Fábrica Nacional de Motores na organização das forças repressivas, constituem-se em elementos fundamentais para o entendimento deste período em Xerém. Destinaremos algumas linhas, a nível de introdução, à retomada das mobilizações por terra deflagradas nos anos 1980, cujas principais características resumem-se à reocupação, liderada por antigas lideranças camponesas, de terras conflitivas das décadas anteriores e à articulação com movimentos urbanos por moradia.

Por fim, partimos da premissa de que a reconstrução histórica dos conflitos, além de revelar um complexo universo de práticas e resistências sociais invisibilizadas pela narrativa da história única (Bloch, 2001), contribui para que possamos pensar processos contemporâneos na chave das continuidades e do compromisso com a não-repetição de ações violadoras de direitos, justificadas, em grande medida, pelas

demandas da modernização e do crescimento econômico. Voltaremos a esta reflexão na parte final deste texto.

2. Antecedentes dos conflitos por terra na Baixada Fluminense

Como já dito, o presente artigo se debruça sobre as relações entre o processo que levou a incorporação da Baixada Fluminense ao que hoje se conhece como Região Metropolitana do Rio de Janeiro e os conflitos por terra que emergem a partir da expansão da fronteira urbana da capital sentido periferia, entendida como uma construção socioespacial necessária à satisfação das demandas da cidade de estruturação tipicamente capitalista. De maneira mais específica, interessa-nos discutir os sentidos e impactos da industrialização e da periferização da região nas dinâmicas de suas áreas rurais, buscando entendê-las, por sua vez, não como espaços atrasados fadados à modernização, mas como *locus* de relações sociais e produtivas complexas e carregadas de tensões, que se evidenciam nos conflitos e resistências emergentes dos cenários de expropriação e violação de direitos que acompanham o movimento expansivo das fronteiras de acumulação.

Para que possamos situar esta temática no campo de discussões em que ela se insere, torna-se necessária uma rápida contextualização histórica sobre os processos de ocupação e desenvolvimento da Baixada Fluminense considerando-os em sua interdependência com as demandas capital do estado do Rio de Janeiro.

2.1 Das freguesias coloniais à “decadência” no século XIX

A ocupação colonial⁸ da região geográfica que estamos aqui denominando Baixada Fluminense remonta ao ciclo do açúcar do século XVI, mas define-se, até meados do século XIX, em torno de atividades típicas de zonas intermediárias entre grandes núcleos econômicos. Neste sentido, seja em função das necessidades da circulação do ouro ou do escoamento da produção cafeeira, as aglomerações na Baixada foram se organizando como vilas-entrepósitos ao redor dos caminhos que ligavam aos portos fluviais e marítimos. A política local, por sua vez, definiu-se através das disputas

⁸ No século XVI, o que hoje conhecemos como os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Queimados, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita faziam parte da sesmaria Iguassu, doada a Brás Cubas, porém apenas ocupada anos depois por Cristóvão Monteiro e pela Ordem de São Bento do Brasil (MARQUES, 2006). Como apontam estudos sobre a questão agrária brasileira, as origens dos problemas fundiários no país remontam à forma como se procedeu a distribuição de sesmarias e à dificuldade de definição dos limites das posses sesmeiras. A imprecisão sobre tais limites e a fragilidade do controle legal dos processos de apropriação de terra facilitaram a prática da grilagem e orientaram os termos da relação entre ocupantes e supostos proprietários.

travadas entre os grandes proprietários de terra pela construção e domínio das rotas mais cobiçadas e lucrativas. Segundo Alves (1998), o imbricamento entre os interesses da nobiliarquia local e da Coroa ao redor de tais disputas constituíram as bases de um coronelismo poderoso que se perpetuaria no padrão de dominação da região.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura econômica sobre a qual se desenvolvia as vilas da Baixada começou a apresentar sinais de fragilidade. O incremento das redes ferroviárias⁹ no país foi gradativamente tornando obsoletas as vias fluviais que justificavam a importância estratégica da região. Por um lado, o descuido com os rios provocou graves epidemias de cólera e malária que vitimaram centenas de pessoas e afugentaram outra tantas; por outro, a falta de alimentos e seu alto preço, a marcha cafeeira rumo ao Vale do Paraíba e a ascendente economia canavieira em Campos estimularam um movimento migratório que, além de esvaziar a Baixada do ponto de vista populacional, reduziu a níveis insignificantes sua produção agrícola para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

As condições ambientais degradadas pelo impaludismo, a reduzida capacidade de acumulação de capitais pelos proprietários fluminenses e os impactos provocados pelo término da escravidão e pela consequente escassez de força de trabalho necessária para movimentar a produção agrícola decadente do café inauguraram diversas narrativas sobre a decadência na qual mergulhou a Baixada Fluminense em fins do século XIX (SOUZA, 2006, p. 17). Buscando problematizar a categoria, tão acionada pela historiografia para descrever o período, Grynszpan (1987) e Souza advogam o cuidado que devemos ter para não confundir uma situação de crise com o desmonte absoluto da estrutura agrária da região. Neste mesmo sentido, Silveira (1987) argumenta que, no momento histórico ora em discussão, havia em andamento um relevante processo de concentração de terras que não poderia ser concebido em uma área totalmente degradada e decadente¹⁰.

Desde a fase da decadência, estas grandes propriedades foram, grosso modo, sendo abandonadas de modo a se tornarem latifúndios improdutivos de reserva especulativa. Embora este cenário tenha propiciado um grande êxodo das populações rurais rumo às cidades, diversas famílias mantiveram suas posses ou ocuparam pedaços

⁹ Em 1854, foi inaugurada, pelo barão de Mauá, a primeira estrada de ferro do Brasil. Em 1855, começou a ser construída a Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil) que, em 1858, inaugurou seu primeiro trecho ligando Maxambomba (atual Nova Iguaçu) a Queimados e a Belém (atual Japeri).

¹⁰ Nos limites das freguesias de Piedade de Iguaçu e de Santo Antônio de Jacutinga, Silveira identificou que nas décadas de 1950 e 1960 apenas 93 indivíduos ou famílias mantinham o controle da terra, enquanto a população livre atingia um total de 5.881 habitantes (SOUZA, 2006, p. 17).

de terra engajando-se em pequenas lavouras. A valorização do solo pelos motivos que discutiremos mais adiante, entretanto, promoveu uma rápida reconfiguração desta situação. A fragmentação das propriedades através de processos de venda e arrendamento legalmente pouco rigorosos incentivou a prática de apropriação indevida de territórios, promoveu violentos despejos e fez eclodir intensas disputas pela terra na região, especialmente a partir da década de 1950. Se por um lado esse processo representou globalmente uma tendência transformadora na ordenação do espaço urbano, nas áreas rurais significou também o elemento desencadeador das lutas que estão no escopo deste artigo.

2.2 Das políticas de saneamento à valorização fundiária

A Baixada Fluminense voltou a receber atenção do Estado quando a crise narrada no tópico anterior, agora aguçada pela redução do preço do cadê em decorrência de sua superprodução, atingiu as finanças públicas. Estava posto assim, entre as elites, o debate sobre a importância da não dependência da agricultura de exportação para a consolidação da economia nacional. Se por um lado a intensificação da produção agrícola era considerada um objetivo prioritário para a saída da crise, por outro, em partes da Baixada por onde as epidemias se alastravam, o investimento em políticas de saneamento constituía necessidade antecedente a qualquer esforço de incentivo à agricultura. Paralelamente, todo este processo regional desenvolvia-se à luz das rápidas transformações que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro, anunciando a consolidação de um padrão segregacional de ocupação do espaço que perdura até os dias de hoje. Assim, os movimentos derivados da urbanização metropolitana e as dinâmicas do universo rural da região imbricaram-se de maneira evidente a partir do final do século XIX.

De acordo com Grynszpan (1987), a discussão sobre o saneamento na Baixada Fluminense pautou-se, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, pela necessidade de resolução de dois problemas eminentes: o abandono da agricultura e a apropriação indébita de terras públicas na região. Deduzimos, também, considerando o contexto político e econômico do período ora analisado, que os esforços sanitaristas ali empreendidos também se direcionavam a determinadas áreas que, com a expansão urbana do núcleo metropolitano, precisavam oferecer condições mínimas de infraestrutura para receber a massa de trabalhadores expulsos da capital por reformas

urbanísticas como a empreendida por Pereira Passos¹¹. Este ponto ficará mais claro no tópico seguinte.

Um estudo produzido por Souza (2006) aponta que todas as políticas de saneamento levadas a cabo neste período com o objetivo de equacionar tais demandas asseguraram o investimento de verbas públicas para garantir diferentes interesses privados. Segundo a autora,

As empresas privadas de saneamento exerceram o papel do Estado, empreendendo – com o aval governamental – a cobrança de taxas, implementando desapropriações e projetos de colonização (...) Através da realização do saneamento, grupos privados passariam a ter vastos poderes e uma larga possibilidade de acumular, de obter propriedades, de cobrar títulos, de obter concessões e monopólios de serviço e até de efetivar a colonização. De um lado, teremos os investimentos de beneficiamento da laranja durante o governo Nilo Peçanha, legitimado pelo discurso da necessidade de investir na diversificação agrícola e na revalorização das terras fluminenses. De outro, teremos investimentos privados e ações combinadas com a sociedade políticas nas áreas mais degradadas, mas que poderiam significar vantajosas bases de acumulação de capitais (SOUZA, 2006, p. 20).

Em 1883, a “febre dos pomos de ouro”, propiciada por uma série de incentivos fiscais, se espalhou por partes da Baixada Fluminense, acentuadamente nas áreas em torno de Maxambomba, que em 1916 foi elevada à categoria de cidade e teve seu nome mudado para Nova Iguaçu. Data deste período um significativo retalhamento das terras para a constituição de chácaras de laranja, já que muitos proprietários, endividados, aproveitaram a valorização de seus terrenos saneados para arrendá-los. Formou-se, assim, uma ilha de prosperidade em meio à “decadente” Baixada Fluminense. A emergência de um setor social voltado para a fruticultura que passou a reanimar o direcionamento de capitais da cidade para o campo; o aumento no número de trabalhadores assalariados; o desenvolvimento de diversas atividades secundárias relacionadas à citricultura e o incremento de uma infraestrutura urbana contrastavam, portanto, com outras áreas da região caracterizadas, ainda, pela velha estrutura agrária marcada pela concentração e pela improdutividade de suas terras.

A partir da década de 1930, tendo o saneamento se estendido por outras grandes áreas, inicia-se a criação dos núcleos de colonização na Baixada Fluminense. Buscando cumprir o objetivo de transformar a região em um “cinturão verde” de produção

¹¹ Prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906.

agrícola destinada ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, em franca expansão populacional, áreas que haviam sido desapropriadas pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, à frente dos empreendimentos sanitaristas, foram transformadas em núcleos coloniais do Estado. Em 1932 e 1939, respectivamente, a Fazenda São Bento do Iguassu (Duque de Caxias) e a Fazenda do Tinguá (Nova Iguaçu), desapropriadas pela empreitada de saneamento desde 1922, foram transformadas em núcleos coloniais do Estado. Além destes, encontravam-se também na região os núcleos de Santa Cruz (1930), Duque de Caxias (1941), Papucaia (1951) e Santa Alice (1955).

É consenso entre os autores até agora citados que os objetivos almejados com a criação dos núcleos coloniais não foram devidamente alcançados. Ao contrário, o saneamento e as obras públicas promovidos para fins de produção agrícola orientada pelo Estado suscitaram uma significativa valorização das terras colonizadas, abrindo espaço para a especulação imobiliária. O efeito deste revés da política de incentivo agrícola, como veremos mais à frente, provocou intensas disputas de terras na região. Sintetizando este consenso, Geiger e Mesquita, seguidos de Souza, argumentam que:

A Baixada Fluminense apresenta um exemplo interessante: planejou-se a realização de obras de saneamento visando uma intensificação das atividades agrícolas. Contudo, o que se observa é a extensão cada vez mais intensa das atividades de loteamento de tipo urbano, a concentração da população nas cidades importantes. A especulação com terras valorizadas pelas obras se opôs ao seu aproveitamento produtivo. (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 2 *Apud* GRYNSZPAN, 1987, p. 49)

As políticas de saneamento assegurariam, assim, a revalorização de terra que, ao ser beneficiada, poderia estar apta ao retalhamento e venda, favorecendo, portanto, os especuladores imobiliários (SOUZA, 2006, pp. 20 e 24)

Os trechos supracitados dão a entender que os núcleos de colonização implementados na Baixada Fluminense foram absorvidos pela corrida especulativa, imobiliária e industrial alavancada pela expansão das fronteiras de acumulação do núcleo metropolitano. Embora possamos concordar que o projeto de vocacionamento agrícola da Baixada Fluminense não tenha resistido como esperado aos efeitos da incorporação urbana da região à periferia industrial da capital carioca, os depoimentos a que tivemos acesso ao longo do processo de pesquisa nos levam a considerar tal narrativa insuficiente para a compreensão de um processo de ocupação de terras complexo e carregado de significados. Acionados pela memória dos lavradores que, de

alguma forma, compuseram os cenários dos conflitos por terra que tanto nos interessam, os núcleos de colonização significaram mais do que projetos que não deram certo. Ainda que haja pouca literatura sobre o tema e que não nos caiba aprofundá-lo neste artigo, consideramos ser possível afirmar com segurança que a desapropriação de grandes lotes de terra e a intensidade do fluxo migratório que acedeu à região em busca de trabalho e moradia nos territórios estatais de produção agrícola constituem, em si mesmos, importantes variáveis para o estudo das dinâmicas sociais e fundiárias que estamos tentando analisar.

Paralelamente à limitada tentativa de consolidação dos núcleos coloniais como provedores do abastecimento de produtos agrícolas ao Rio de Janeiro, o bolsão citrícola de Nova Iguaçu começou a entrar em declínio ao longo dos anos 1940. Contribuiu para esta derrocada, além do início da Segunda Guerra Mundial - que desarticulou o esquema de exportação de laranjas, inteiramente dependente dos transportes marinhos feitos por empresas estrangeiras -, a expansão urbana e industrial do centro metropolitano do estado do Rio de Janeiro.

2.3 A incorporação urbana da Baixada Fluminense

Dentre as diversas chaves de análise que podem ser acionadas para a compreensão dos processos de urbanização, nos interessa a que relaciona a forma de ocupação do solo urbano às práticas sociais e aos conflitos de classe. Concordamos, neste sentido, com Abreu (2011), Maricato (2003), Rolnik (1988) e Limonad (1996), quando argumentam que as cidades capitalistas se organizam e reproduzem de acordo com a distribuição espacial das classes sociais por territórios mais ou menos equipados de infraestrutura e serviços básicos. Autores como Amador (2013), Alves (2003) e Marques (2006) dedicaram-se a analisar os efeitos deste processo na Baixada Fluminense. Seus trabalhos apontam para o entendimento de que a região, ao longo do século XX, assumiu características típicas de “cidades-dormitórios”, mas, ao mesmo tempo, logrou consolidar uma economia própria em torno da grande concentração de investimentos industriais que se alocaram em seu território especialmente a partir da década de 1940. Para além das indústrias de capital privado, Ramalho (1989) e Costa (2009) destacam a presença política e economicamente relevante de empreendimentos de cunho nacional-desenvolvimentista em Duque de Caxias. Enquanto o primeiro autor debruça-se sobre o “Estado-patrão” corporificado na Fábrica Nacional de Motores,

instalada em áreas rurais de Xerém em 1942, o segundo atenta para a construção da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), em 1961.

Contribuindo para esta discussão e aproximando-a do nosso tema de estudo, Suzuki (2007) pleiteia que a expansão estratificada das fronteiras das cidades se faz por meio da contínua transformação da incorporação urbana das áreas rurais, processo este carregado de tensões. Há, seguindo esta linha de raciocínio, uma relação óbvia entre os sentidos da urbanização e as formas de reconfiguração das dinâmicas próprias das regiões rurais fronteiriças às cidades em dilatação.

Como temos apontado, o que se passava na cidade do Rio de Janeiro não poderia deixar de repercutir sobre Baixada. No final do século XIX, a capital carioca experimentou um surto industrial alicerçado na industrial têxtil e de alimentos. Nesse contexto, as populações migrantes deserdadas pela abolição e pela crise cafeeira duplicaram, entre 1872 e 1890, a população da cidade gerando um prenúncio das reformas urbanísticas que seriam empreendidas nos anos seguintes. A ordem social que começou a ser delineada neste período revela, de imediato, a articulação do Estado com os capitais comerciais, financeiros e estrangeiros sediados na metrópole. De acordo com Alves,

O Estado passa a ajudar a empresa privada, subsidiando a reprodução da força de trabalho ao isentar de impostos aduaneiros e conceder outros benefícios às empresas que construíssem casas populares higiênicas e adequadas. Mais tarde, a isenção recairá sobre as importações de material de construção, e as concessões de terrenos e edifícios irão para as firmas que se propusessem a edificar casas populares. Assim, as vilas operárias que surgiam não passavam de mais um esforço do Estado em descongestionar o centro do Rio. (...) A ordem social que emergia preservava a zona sul e parte da zona norte da cidade para as incorporações imobiliárias do capital nacional e para as influências do capital estrangeiro na alocação dos serviços de transporte e infraestrutura urbana. Aí seriam estabelecidas as classes e os usos nobres da cidade. No outro lado, estariam os subúrbios distantes, a uma distância satisfatória do núcleo privilegiado (ALVES, 1998, pp. 53-55).

A reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), formulada para adequar o centro do Rio de Janeiro a sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da novo elite cosmopolita, representou um dos primeiros esforços no sentido de estabelecer claras fronteiras socioespaciais entre as classes e seus direitos. Se as favelas, cortiços e “cabeças de porco” incrustados na cidade atraíam os

trabalhadores para perto de seus locais de trabalho, as constantes investidas de remoção por parte do Estado representavam uma ameaça de despejo constante. A Baixada Fluminense, com suas vilas-entrepósitos estruturadas ao redor dos portos, acabou, com o incremento de políticas estatais e com a abertura de ferrovias e rodovias, por conformar-se em lugar ideal para a alocação dos aglomerados suburbanos a serviço da metrópole. Iniciou-se, assim, na região, uma fase loteadora sem precedentes¹².

Herdeiros incontestes da estrutura agrária precedente, os loteamentos tornam-se a forma generalizada da incorporação que se anuncia. Calcados nas grandes unidades fundiárias que normalmente pertenciam a um único proprietário, foram colocados à disposição dos capitais metropolitanos pelo saneamento. Rapidamente passariam a resolver o problema de habitação para a população crescente, livrariam o pequeno poupador da desvalorização da moeda, salvariam os proprietários decadentes das hipotecas e dívidas, realizando os sonhos de fortuna dos donos de companhias imobiliárias. Os distritos de Nilópolis, São João de Meriti e parte de Duque de Caxias, por serem os mais próximos da metrópole, começarão a sentir as primeiras vagas da maré loteadora. O distrito-sede de Nova Iguaçu, porém, ainda tinha na citricultura os muros antiloteamento que prorrogariam para o final da década de 40 sua integração (SOARES, 1962, p. 169-172 *apud* ALVES, 1998, p. 57).

Visando facilitar o êxito de sua estratégia de reordenamento socioespacial, governos estaduais e municipais que atuavam em parceria com a iniciativa privada fomentaram uma série de incentivos, legais ou não, que alavancaram o loteamento em diversas partes da Baixada. A aprovação das plantas de obras era realizada por taxas mínimas; a burocracia relacionada ao processo de construção era simples e, muitas vezes, tolerava investimentos clandestinos; a compra de loteamentos e lotes se dava sob condições satisfatórias de pagamento parcelado e a longo prazo.

De maneira auxiliar a todas estas facilidades proporcionadas ao capital imobiliário, a transformação do trem em grande vetor da dilatação metropolitana rumo ao subúrbio e a abertura de diversas rodovias colaboraram para a incorporação segregada da Baixada pela expansão urbana do Rio de Janeiro. Em 1927, foi construída a estrada Rio-Petrópolis, atual rodovia Presidente Kennedy; a partir de 1935, iniciou-se

¹² Até 1929, tinham sido aprovados 21 loteamentos com 20.524 lotes. Entre 1930 e 1939, o número subiu para 22. De 1940 a 1949, foram aprovados 447 loteamentos com 73.025 lotes. De 1950 a 1959, eles praticamente triplicaram: foram aprovados 1168 loteamentos com 273.208 lotes. (ALVES, 1998, p. 64)

o processo de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1944, a Avenida Presidente Vargas foi aberta; em 1946, foi construída a Avenida Brasil; e, em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada. Reafirmando a intenção do Estado em fixar a massa trabalhadora nas periferias suburbanas, o governo estadual implantou a tarifa única para as linhas ferroviárias, subsidiando tanto o capital industrial como o imobiliário. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho para a indústria, repassava ao trabalhador a responsabilidade do problema habitacional, fazendo com que parte do salário anteriormente gasta com os transportes fosse transferida para a compra do lote e construção das moradias por esforço próprio (ALVES, 1998, p. 58).

Para além de proporcionar o transbordo diário dos trabalhadores, outra consequência da intensificação da abertura de rodovias e linhas ferroviárias foi a expansão da fronteira do capital industrial no estado do Rio de Janeiro. Visando atrair investimentos, Nova Iguaçu e os municípios recém emancipados da Baixada (Duque de Caxias, em 1943; Nilópolis e São João de Meriti, em 1947) ofereceram uma série de incentivos fiscais para a instalação de indústrias em seus territórios. Assim, em 1953 havia 133 fábricas em Duque de Caxias. Em 1960, esse número aumentou para 206. Em 1961, a entrada em funcionamento da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), deu início à formação de um complexo petroquímico que, em 1970, já era responsável por 72% do total da transformação industrial do município. Dentre as fábricas que se territorializaram na Baixada Fluminense, algumas delas, ao estabelecerem suas fronteiras em áreas de ocupação eminentemente rural, geraram atritos importantes com lavradores. É o caso, que será explorado a seguir, da Fábrica Nacional de Motores.

A ocupação descontínua e desordenada da Baixada em torno dos aglomerados próximos às estações de trem, rodovias principais ou secundárias, loteamentos e instalações industriais seguiu, portanto, a lógica do capital e da especulação irradiados das necessidades vindas do Rio de Janeiro.

Dentre os diversos objetos passíveis de análise sociológica que emergem deste cenário, nos importa discutir, especificamente, os efeitos das rápidas transformações oriundas da incorporação urbana da Baixada Fluminense no meio rural. Também interessado em tal problemática, Grynspan (1987) afirma que:

Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também

entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. (...) A especulação imobiliária, principalmente através da atividade loteadora, foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. (...) e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu (GRYNSZPAN, 1987, pps. 51, 55, 56).

A vocação periférica e industrial da Baixada, constituída historicamente pela ação do Estado em atenção às necessidades do capital, repercutiu direta e intensamente sobre a sua estrutura fundiária, cuja composição, até o início do século XX, relacionava-se com o desenvolvimento ou com a decadência dos grandes ciclos econômicos. O caráter do uso da terra, assim, foi sendo transformado pela sua valorização exponencial, seja em virtude das demandas por moradia, seja pela alocação de investimentos fabris.

Dedicaremos-nos, nos tópicos seguintes, a tratar as disputas gestadas por este cenário tendo como pano de fundo toda a contextualização histórica que realizamos até aqui. Buscaremos, para isso, analisar as situações de conflito com a intenção de revelar atores e interesses envolvidos; mediadores mobilizados; formas de repressão e violência acionadas pelas classes dominantes e pelo Estado e as estratégias de organização e resistência empreendidas pelos trabalhadores como reação a situações percebidas como injustas. Partimos do pressuposto que a história da Baixada Fluminense carrega em si determinadas especificidades que conformam relações de poder, dominação e padrões de violência bastante particulares, e tentaremos estar atentos a como elas interferem na deflagração e no desenvolvimento dos conflitos por terra na região.

3. Tensionamentos sociais, conflitos por terra e resistência camponesa na Baixada Fluminense

Como estamos tentando endossar, as rápidas transformações que ocorreram na Baixada Fluminense, especialmente a partir dos anos 1930, repercutiram de maneira intensa no mundo rural. A expansão da fronteira urbana sentido periferia e, conseqüentemente, os projetos de vocacionamento da região à satisfação das demandas do núcleo metropolitano ressignificaram as dinâmicas de ocupação de suas terras, tanto no que diz respeito aos seus usos, quanto ao que se refere às relações de posse e trabalho nelas articuladas. Diversos processos, relacionados direta ou indiretamente entre si, concorreram para a composição deste cenário: o saneamento; a criação dos núcleos de colonização; a construção de rodovias e o incremento de linhas férreas; a corrida

loteadora protagonizada pelo capital imobiliário e especulativo e a territorialização de indústrias de grande porte são apenas alguns exemplos da miríade de variáveis que devemos considerar para elaborar um quadro mais ou menos rigoroso das transformações fundiárias que nos importam discutir como chave para a compreensão da deflagração de conflitos por terra na região.

Dentre tais transformações, nos concerne sublinhar a exponencial valorização do solo rural e a intensidade e heterogeneidade do afluxo migratório que por ele transita e se instala em busca de terra, trabalho e moradia. A estrutura agrária tradicional dominada por latifúndios improdutivos e decadentes se dinamiza na medida em que novos interesses entram em jogo. Dinamizam-se, também, as formas de ocupação das terras e as relações que nelas se estabelecem. Novos atores ampliam os polos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses: fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, *grileiros* e *posseiros*¹³. É desta transição que emergem os tensionamentos sociais em torno da disputa sobre o direito de ocupação e uso da terra. As ameaças de despejo aos lavradores das terras valorizadas dão face ao início das situações conflitivas que, ao final dos anos 1950, eclodiram de maneira violenta na região. Em reação, a organização de movimentos de resistência e luta também assume contornos contundentes e particulares.

Alicerçado teoricamente na obra de Edward Thompson (1987) sobre as ações de massa ocorridas na Inglaterra do século XVIII, Grynszpan (1987) empreende uma interessante análise sobre a emergência da resistência camponesa na “área dos conflitos” da Baixada, partindo do pressuposto que sua ocorrência não pode ser explicada apenas pelos “estímulos econômicos elementares” que afetavam o cotidiano dos lavradores em situação de despossessão da terra. A indagação que faz é: “por que os lavradores despejados da Baixada optaram pela luta e não pela migração para a cidade ou para outras regiões do país onde houvesse terras disponíveis?” (GRYNSZPAN, 1987, p. 64).

Thompson (1987) argumentaria que responder a tal questionamento implica numa compreensão acerca de como os estímulos econômicos aos quais estavam submetidos os camponeses operavam dentro do consenso popular, no interior do conjunto de normas tradicionais e de obrigações sociais, bem como das noções

¹³ Para uma discussão mais detalhada sobre a formulação e o acionamento das categorias “grileiro” e “posseiro”, ver GRYNSZPAN (1987).

tradicionais sobre as funções econômicas dos diversos setores sociais envolvidos na dinâmica conflitiva em torno das terras. A situação, assim, deve ser percebida pelos atores dominados como injusta e ilegítima.

Afiliando-se a tal discussão teórica, Barrington Moore Jr. (1978) afirma que a emergência de reações de revolta associa-se diretamente à ruptura de relações de dependência e dominação. Com efeito, segundo Grynszpan,

No caso da Baixada, a subordinação à qual boa parte dos lavradores estava sujeita não parece ter gerado fortes reações. A luta só sobrevinha quando incidia sobre eles a ameaça de despejo (...), já que o despejo representa o corte do acesso à terra (que não é) para o camponês, um simples local de trabalho e habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, conseqüentemente, de uma série de relações sociais.

(...)

A valorização das terras da Baixada e o conseqüente surgimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se, assim, propensos a lutar por uma terra que julgava ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais, injustos e ilegítimos. Destarte, a quebra da subordinação provocada, em grande parte, pela interposição de um terceiro elemento na relação – o grileiro – foi fundamental para que as lutas dos lavradores se iniciassem a partir da Baixada, e tivessem, ali, seu foco de maior intensidade até o ano de 1964 (GRYNSPAN, 1987, pp. 65; 84)

A análise das situações conflitivas e de resistência em destaque deve considerar, também, a contextualidade das ações dos sujeitos, entendida não como dado substantivo, mas como expressão de relações sociais que vão sendo construídas a partir de experiências cotidianas, partilhadas e não estanques (THOMPSON, 1987). Como discutiremos mais adiante, as diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos em tela, nos induz a pensar que o imbricamento cotidiano entre os universos camponês e operário seja fundamental para a compreensão das resistências que se delinearam.

A deflagração de movimentos de resistência camponesa na Baixada Fluminense também não pode ser analisada fora do contexto mais amplo das lutas e organizações de trabalhadores do campo no estado do Rio de Janeiro e em todo o território nacional (MEDEIROS, 2015). Ademais, para além de uma atuação polarizada entre lavradores e proprietários/*grileiros*, devemos trazer para o quadro dos conflitos a figura de importantes mediadores que influenciaram direta e indiretamente a adoção de estratégias de luta e discursos acionados pelos trabalhadores rurais no decorrer das resistências e iniciativas empreendidas para a garantia de permanência na terra. Falamos de advogados sindicais, militantes dos setores urbanos, políticos locais, partidos de esquerda, em especial o Partido Comunista e membros da Igreja Católica. As categorias referentes às classes dominantes, como proprietário e *grileiro*, também devem ser trabalhadas em sua heterogeneidade. Para além do típico fazendeiro, dono de fato ou não das áreas em litígio, os conflitos ocorridos na Baixada revelam outros atores relevantes na disputa fundiária, como aqueles envolvidos em empreendimentos fabris e em atividades de loteamento e especulação imobiliária.

Finalmente, há que considerar que o Estado, na Baixada Fluminense, constituiu-se ao longo de sua história como altamente permeável à violência ilegal e privada, inscrita nas possibilidades implementadas pelo poder local que se consolidou na esfera política local e supra local. As especificidades da estrutura de dominação na região, portanto, revelam um aparato estatal intrinsecamente articulado com interesses personalistas de cunho econômico e eleitoral. Além da convivência ou participação direta deste aparato nas ações de repressão dirigida contra os camponeses, a tradição da resolução de problemas via matadores e capangas ou, nas palavras de Alves (1998), via sistemas de justiça privada e grupos de extermínio, certamente compõe a equação dos conflitos que analisamos.

3.1 Articulações rufo-fabris em Xerém

3.1.1 A Fábrica Nacional de Motores

Duque de Caxias, município emancipado em 1943, é definido por Davis (1993) como uma periferia formada por um processo de industrialização fortemente impulsionado pelo investimento estatal. Somada ao contexto regional de intensificação da especulação imobiliária para fins de loteamento urbano, a instalação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em Xerém, em 1942, ilustra de maneira bastante apropriada esta caracterização. Responsável direto pela valorização fundiária das terras

do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, tutelado pelo Estado brasileiro e dirigido pela Aeronáutica, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram os principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos 1950 e 1960.

Inserida na conjuntura política e econômica da Segunda Guerra Mundial e de implantação de grandes indústrias de base no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1940¹⁴, a FNM foi criada, inicialmente, para produzir motores de avião. Sob o argumento da “defesa nacional”, instalou-se em Xerém, distrito protegido pela serra de Petrópolis, bem servido de mananciais e próximo o suficiente da então capital federal. Se até esse momento a localidade era “insalubre e pantanosa” (RAMALHO, 1989, p. 31), o saneamento dos cinco mil hectares desapropriados para abrigar o projeto da “Cidade dos Motores” logrou transformá-la em uma área dinâmica, produtiva e atraente para pessoas em busca de oportunidades. Face da mesma moeda, a valorização exponencial das terras vizinhas à fábrica fez-se notar pelo redimensionamento dos atores delas ocupantes e dos que sobre elas demandavam legalidade de posse.

Trata-se da composição de um cenário tipicamente alicerçado em bases de pretensão autárquica, comum aos projetos econômicos alocados em áreas predominantemente rurais. É dizer: para além do espaço das unidades fabris propriamente ditas, a FNM Nesse momento, segundo Grynszpan (1987), a categoria *grileiro* passa a recobrir todos aqueles que tentam se apropriar de terras onde estão trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.¹³ Embora pagando taxas pelo uso da terra ou para cortar madeira, ou seja, reconhecendo que a propriedade pertencia a outro, no momento da disputa, o argumento do uso da terra para garantir o sustento da família se sobrepõe. *Grileiros* e *posseiros*, ainda segundo o autor, se constituíram, antes de mais nada, como categorias políticas, de enfrentamento, colocando em jogo a legitimidade do uso da terra., como outras empresas, expandiu suas fronteiras produtivas apossando-se de grandes dimensões de terras. Neste sentido, valendo-se do amplo território à sua disposição, o empreendimento organizou áreas de lavoura e criação de animais, edificou moradias para os diferentes níveis de seus funcionários e construiu um completo aparato de instrumentos e serviços de infraestrutura, atendimento e lazer dos quais poderiam dispor seus trabalhadores-inquilinos. Se, por um

¹⁴ Como a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio e, posteriormente, a Refinaria de Duque de Caxias.

lado, a desapropriação desta extensa área justificava-se pela demanda da auto-suficiência fabril, por outro, significava também o exercício de um domínio absoluto da empresa sobre os seus funcionários e, mais que isso, sobre toda a região dela circunvizinha.

Podemos supor, considerando as implicações de tal natureza autárquica, que a instalação da indústria nesta grande área rural, saneada para recebê-la, atraiu um significativo contingente populacional vindo de diversas partes do país e também de outras localidades do estado do Rio de Janeiro. A heterogeneidade desses migrantes deve ser ressaltada: para além da mão de obra recrutada oficialmente para os trabalhos fabris e para a lida nas lavouras e criações destinadas a produzir insumos a serem consumidos nos refeitórios, o entorno da FNM também recebeu fluxos de pessoas que, atraídas por oportunidades latentes de emprego e terra, foram se instalando na região como *posseiros*. Começaram a se delinear, neste processo, fronteiras pouco precisas entre as áreas de posse legítima da empresa e as áreas devolutas ou pertencentes às antigas fazendas de Xerém. Frutos deste mesmo transcurso e de uma conjuntura regional marcada pelo aumento da especulação imobiliária para fins de loteamento, as práticas de grilagem também começaram a se acentuar por este período.

Embora o início da gestação das tensões provenientes desta situação date da instalação do empreendimento na região, o estrito controle militar ao qual ele esteve submetido até 1947 logrou dominar os atores e as terras que, direta ou indiretamente, compunham seu universo. Terminada a Segunda Guerra e já num contexto de redemocratização, entretanto, a FNM foi transformada em sociedade anônima e reorientada para a produção de caminhões e ônibus. O projeto inicial de autarquia começou a perder força, assim como a militarização das relações entre a fábrica e seus funcionários. O controle sobre as terras, conseqüentemente, arrefeceu:

A FNM S.A, segundo os trabalhadores, cedia os “direitos” sobre as terras para os agricultores, sem a preocupação rígida de vincular a produção dessas terras às exigências da empresa, tendo-se dado a ocupação dos terrenos e a comercialização da produção das mais variadas formas. Relações de “arrendamento”, “aluguel”, “venda” de terra e outras situações que podem ser pensadas como posse indicam a quebra do controle rígido anteriormente exercido (RAMALHO, 1989, P.56).

Possivelmente não por acaso, data desta mesma época a criação da primeira Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada por José Pureza da Silva, importante liderança que se estabeleceu na região em 1947 como meeiro na Fazenda Penha-Caixaão, também localizada em Xerém. Poucos anos mais tarde, em 1952, os líderes dessa Comissão consultaram um advogado, provavelmente ligado ao Partido Comunista, que os aconselhou a “fundar uma organização que atendesse ao Estado do Rio de Janeiro, em benefício de todo tipo de lavrador” (PUREZA, 1982, p. 25). Neste mesmo ano foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF), então presidida por Manoel Jerônimo.

Partimos da hipótese de que esta mobilização está intimamente associada ao aguçamento do quadro de despejos ocorridos em decorrência do casamento entre a valorização das terras ao redor da FNM e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em torno de sua posse. Não custa lembrar, também, que todo este quadro conflitivo tem ainda como pano de fundo as dinâmizações populacionais e territoriais decorrentes da criação dos núcleos de colonização, em especial os de Tinguá e São Bento, e dos demais efeitos de periferização que se abateram de maneira irradiativa por toda a região.

Apesar de as regiões de conflito não terem, a princípio, sido pleiteadas como parcelas de propriedade da empresa, concordamos com o argumento de Ramalho (1989) de que as situações conflitivas emergentes nas áreas rurais de Xerém caracterizavam-se pelo trânsito e pelas sociabilidades de lideranças camponesas e operárias propiciadas pela proximidade geográfica entre importantes fazendas, como a São Lourenço e a Capivari, e a Fábrica Nacional de Motores. Dedicaremos-nos a estas articulações no tópico a seguir.

3.1.2 Entre operários e camponeses: permeabilizações da fronteira rural-urbano e a organização da resistência

Assim como a contextualização que empreendemos anteriormente, as análises empíricas das situações de conflito também sugerem que as dicotomias urbano/rural e operariado/campesinato, ainda predominantes na literatura sociológica, são insuficientes para que possamos compreender a complexidade dos conflitos por terra que ocorreram não só em Duque de Caxias, mas em várias localidades do Estado do Rio de Janeiro. Estamos tratando de áreas que, especialmente a partir da década de 1930, passaram por transformações oriundas de uma rápida incorporação urbana e industrial que, dentre

outras consequências, atraiu significativos contingentes populacionais, revalorizou terras antes esquecidas pelo poder público e privado e diversificou as relações de ocupação e produção dos locais onde foram alocados diferentes tipos de investimentos.

Com base neste cenário, a análise das situações conflitivas em destaque deve considerar, necessariamente, a contextualidade das ações dos sujeitos, entendida não como dado substantivo, mas como expressão de relações sociais que vão sendo construídas a partir de experiências cotidianas, partilhadas e não estanques (THOMPSON, 1987). A FNM, pela forma através da qual se territorializou em Xerém, proporcionou diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos que se deflagraram ao longo dos anos 1950 e 1960. Neste sentido, os depoimentos e documentos aos quais tivemos acesso para a produção da pesquisa que embasa este artigo nos deixam claro que, embora a delimitação dos universos camponês e operário seja fundamental a nível de categorização política e acesso a direitos, as identidades dos atores em cena não são tão engessadas como somos induzidos a imaginar.

Como já discutido, o saneamento promovido pela FNM e os pressupostos implícitos em seu projeto inicial de desenvolvimento autárquico tiveram como consequência a atração de um significativo contingente populacional. A heterogeneidade desses migrantes deve ser sublinhada: entre eles, havia os que eram diretamente recrutados pela fábrica para exercer atividades técnicas; os lavradores que, designados como *colonos*, recebiam pequenas porções de terra para produzir alimentos para os refeitórios fabris; e os que, atraídos pelas oportunidades latentes de emprego e terra, se fixavam como *posseiros* nas áreas ao redor do empreendimento.

Embora perceptíveis nos esquemas de organização do funcionamento fabril, essas identidades devem ser percebidas em sua fluidez. Muitos operários vinham de trajetórias camponesas. Muitos lavradores combinavam sua atividade na terra com ocupações industriais. Segundo depoimentos colhidos por Ramalho (1989), a concomitância entre os dois tipos de tarefa gerou, inclusive, práticas comuns entre os trabalhadores da FNM, que buscavam incrementar suas rendas ampliando o seu leque de prestação de serviços.

Neste mesmo sentido, depoimentos e entrevistas aos quais tivemos acesso também indicam que importantes lideranças que atuaram nestas e em outras lutas por terra na Baixada Fluminense tiveram experiências de trabalho e sindicalização em

setores urbanos ou mesmo na própria Fábrica Nacional de Motores. O próprio José Pureza, inclusive, participou das “lutas operárias” quando trabalhava na construção civil. Sua decisão de ir para a área rural, segundo ele, deveu-se ao fato de que “os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido” e que, dada esta situação, “os dois movimentos, campo e cidade, deveriam marchar juntos” (PUREZA, 1982, p. 17). Além de Pureza, Laerte Bastos começou sua luta “ali na FNM”, onde comprou um sítio, “mas queria mesmo era entrosar no movimento”¹⁵; Nilson Venâncio trabalhou na fábrica e, “quando começou a ter despejo na divisa com a São Lourenço” começou a “dar apoio”¹⁶; Félix Escobar, “camponês, comerciário e servente de obras”, foi do Sindicato dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias e ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do mesmo município, tendo atuado na organização dos camponeses de Xerém.¹⁷

Referindo-se à organização sindical no interior da Fábrica Nacional de Motores, Ramalho afirma que “a proximidade política de operários e camponeses fez com que o sindicato da fábrica atuasse no sentido de realizar, na prática, uma colaboração entre as duas categorias de trabalhadores” (1989, p. 158). Além dos sindicalistas da indústria metalúrgica, Grynszpan (1987) e Ernandez (2010) afirmam, reforçando o ponto, que o movimento camponês da região também contou com o apoio dos Sindicatos dos Rodoviários, dos Ferroviários e dos Petroleiros de Duque de Caxias. Destacamos alguns depoimentos que colaboram para ilustrar este quadro. Nilson Venâncio afirma:

Fui trabalhar na FNM. Trabalhando na fábrica, comecei a ver que alguma coisa estava errada. Não tinha hora direito de almoço, comecei a esculhambar lá, brigar na fila. Aí o mestre João Vitor, que tinha sido um dos grandes quadros do Partido [Comunista] na Baixada, me chamou. Ele me viu esculhambando e falou que não era assim. Aí o Lenine, que foi atuante na FNM, me chamou. Ao mesmo tempo começou a ter despejo na divisa da São Lourenço com a FNM. Eu comecei a dar apoio. Fui recrutado no campo e na cidade. (...) Eu entrei no Partido pelo campo, não foi pela fábrica. (...) Eu era da Mantiqueira, da área da FNM, mas tinha prestígio em São Lourenço. Eu peguei por baixo o pessoal, organizei e trouxe (Nilson Venâncio, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

¹⁵ Trecho de entrevista concedida a Marcelo Ernandez em Dezembro de 2004.

¹⁶ Trecho de entrevista concedida a Elisandra Galvão em Outubro de 2010.

¹⁷ <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/119>

Manoel Antonio da Costa, o Manoelão, narra uma experiência semelhante:

Eu fui criado na roça dos meus pais. E sempre fui roceiro. Quando chegamos em Xerém, justamente o que eles queriam? Melhorar. (...) Eu pensei bem, disse, sabe de uma coisa, eu não vou ficar no meio desse mato não. Eu não vou conseguir arrumar dinheiro. Aí eu resolvi procurar emprego na cidade. Aí arrumei emprego, fui trabalhar na Sansão Vasconcelos, negócio que fazia carroceria de basculante de caminhão. Era uma metalúrgica, não é. Aí trabalhei cinco anos e oito meses naquela metalúrgica. (...) o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ele chegou perto de mim e falou assim: “seu Manoel, todo operário tem que ser sindicalizado. A arma nossa é o sindicato. Então, é preciso que o senhor se sindicalize, tá. (...) Quando chegar na época que tiver que fazer greve, o senhor sabe como é que se faz uma greve”. Aquela coisa, vai aprendendo. Então eu já aprendi um pouco naquilo ali. Quando eu fui para a associação do camponês eu já tinha uma noção de liderança não é. Já. Já estava acostumado com o Sindicato dos Metalúrgicos, não é? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 27/12/2004).

O depoimento de Laerte de Bastos vai na mesma direção:

Tem aqui a Fábrica Nacional de Motores. A minha luta começou aí. Eu até então eu estava ligado com essas lutas gerais, com os sindicatos, essas coisas todas, e com o pessoal da Petrobrás. (...) Era uma área muito grande (a da FNM), que na realidade não tinha nada a ver com a questão da indústria, do fabrico de caminhão e tal. E a fábrica por muito grande que seja, não ia naquela área imensa. Então nessa área... eu fui, falei assim: eu vou para o campo. A nossa necessidade do campo e tal. (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 16/12/2004).

Estes trânsitos relativizam as abordagens dicotomizadoras das identidades operária e camponesa. Embora as terras em disputa na Fazenda São Lourenço não constassem como propriedade da Fábrica Nacional de Motores, o papel da empresa nas origens e no equacionamento das resistências é evidente. Por um lado, a valorização das áreas, além de atrair *posseiros*, reacendeu o interesse de supostos proprietários, *grileiros* e empresas interessadas em especular com as terras, até então relativamente abandonadas. Por outro, o incremento populacional e as trocas entre lideranças e organizações operárias e camponesas que transitavam pela fábrica e seu entorno contribuíram para consolidar entre os lavradores a percepção de que as ameaças de despejo se constituíam em atos injustos contra os quais deveriam se mobilizar.

Há que se ressaltar, neste processo, a importante participação de mediadores diversos que colaboraram para a efetivação política de tais articulações cotidianas. O crescimento de associações de lavradores e sua expansão pelo Estado do Rio de Janeiro ocorreram paralelamente a um esforço sistemático do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de organizar os trabalhadores do campo em diversos pontos do país (MEDEIROS, 2015). Das lideranças operárias e camponesas que atuaram nos conflitos por terra na Baixada Fluminense e, especificamente, em Xerém, todas possuíram alguma vinculação com o Partido e várias estiveram à frente das principais organizações de representação rural do estado¹⁸. Os advogados do PCB e das organizações e sindicatos de categorias de trabalhadores urbanos e rurais também tiveram um papel significativamente relevante para a tradução dos tensionamentos sociais em matérias litigiosas.

Também no campo de mediadores, há de se fazer menção a figuras ligadas a um novo coronelismo clientelista, populista e eleitoreiro, base do poder político-econômico local, que, ao mesmo tempo em que se constituía como sustentáculo da grilagem e, portanto, dos conflitos, por vezes parecia estar favorável aos camponeses. Se, por um lado, os interesses comuns de oposição aos *posseiros*, que uniam proprietários e *grileiros*, ganhavam maior consistência política na articulação de compromisso em torno de lideranças políticas locais; por outro, a demagogia e o clientelismo de figuras personalistas detentoras do controle eleitoral conformavam a consolidação de um poder caudilhesco com apoio de amplos setores de massa e, inclusive, em determinados momentos, de grupos de esquerda. Uma contradição aparente, mas não essencial: o discurso nacionalista apenas flertava com os lavradores sem que, em momento algum, pusesse em xeque os latifundiários como classe, preservando-os, portanto, como pilar da estrutura de poder no campo brasileiro. Duas lideranças sintetizam bem, em suas

¹⁸ Dos onze nomes que estavam à frente da ALF em 1954 – Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Curgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner, pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a Falerj em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Caxias. Seu primeiro vice-presidente era Alvino Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, todos os três eram de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa, o outro, Anésio Dias de Freitas, era de Cachoeiras de Macacu, e o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre sua procedência. Em 1963, a presidência da federação coube a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência era de Bráulio Rodrigues, antigo secretário. O tesoureiro era Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvino Alves dos Santos, antigo vice-presidente, aparecia como diretor técnico (GRYNSZPAN, 1987, p. 142).

trajetórias políticas, este perfil de dominação descrito por Araújo (1982) e por tantos outros estudiosos da Baixada: Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti. Como veremos mais adiante, Moura era um dos condôminos da Fazenda São Lourenço; Tenório, por sua vez, é figura plástica e presente nos relatos de camponeses sobre os conflitos fundiários que estamos analisando¹⁹.

Estas intercessões entre as esferas de atividades camponesas e operárias, visíveis no plano das relações e arranjos cotidianos travados por e entre os diversos tipos de habitantes e mediadores de regiões rufo-fabris, são basilares para a compreensão dos conflitos por terra e das resistências que ocorreram em Xerém. Com base em tal perspectiva analítica, apresentaremos a seguir o conflito deflagrado nas terras da Fazenda São Lourenço.

3.1.3 As trincheiras da Fazenda São Lourenço

Um dos casos mais notórios de conflito por terra na região de Duque de Caxias/Xerém é o da Fazenda São Lourenço, contígua à III gleba de Capivari e à Fazenda Morro Grande. Nela ocorreu, em agosto de 1961, uma reação armada de um grande número de trabalhadores rurais contra uma ordem de despejo judicial.

A Fazenda São Lourenço era propriedade de um conjunto de quatro condôminos²⁰. Desde o início da década de 1950, toda a área era administrada por Emílio Horwitz, que estabelecia, pela força, com o apoio do poder político local e “representando o terror”, uma relação de forte domínio em relação aos lavradores ocupantes de seus limites. Em 1952, sob sua gerência, ocorreu, mediante o uso da violência e da destruição de benfeitorias, o primeiro despejo judicial das famílias que moravam e produziam nas terras da fazenda. Das que sobraram e das que chegaram à região com o passar dos anos, o pretense proprietário seguiu cobrando a taxa de *matagem* e a terça ou a meia, conforme o caso, da produção de *lavoura branca*²¹ e banana (ERNANDEZ, 2010).

Em 1958, após a morte de Emílio Horwitz, Fé Augusta, sua viúva, assumiu a sua parte no condomínio e designou um empregado para gerir a relação com os ocupantes

¹⁹ Para uma discussão aprofundada sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, ver Beloch, 1986.

²⁰ Espólio de Cícero Figueiredo, proprietário de 37/64 da Fazenda; Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, proprietários de 15/64; Paulino de Souza Barbosa e sua esposa, proprietários de 6/64; e espólio de Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante Fé Augusta Horwitz, proprietário de 6/64 (ARAÚJO, 1982).

²¹ O termo *matagem* é a forma local de designar o tributo pago pelo direito de explorar a madeira de uma área. *Lavoura branca* designa as culturas temporárias que, na região, constituíam-se basicamente de milho, arroz, feijão, mandioca e aipim.

da Fazenda sem, no entanto, conseguir reproduzir o mesmo padrão de dominação que seu marido lograva manter. No final da década, grande parte dos trabalhadores rurais que produziam na área havia deixado de pagar os tributos que mantinham seus vínculos com a administração da São Lourenço.

Em março de 1959, buscando encontrar uma solução para esta situação, a viúva Horwitz arrendou sua parte para o italiano Antônio Strufaldi. Embora o contrato de tal arrendamento garantisse a ele o direito de exploração do bananal e de cultivo da terra com *lavouira branca*, sua presença na área caracterizou-se não pela produção, mas pela cobrança da *matagem* e da *meia* dos *posseiros* que produziam insumos básicos e banana. Poucos meses após o estabelecimento de tal contrato, entretanto, o arrendatário parou de pagar o aluguel e, em outubro de 1960, Fé Augusta entrou com um pedido de despejo contra ele e, conseqüentemente, contra os *posseiros* que ocupavam a área, na 1ª Vara de Duque de Caxias. Em julho de 1961, o juiz Hélio Albernaz Alvez decidiu pela execução do despejo, que foi marcado para o dia 16 de agosto.

Das sete famílias de *posseiros* indiciadas pela ação, quatro foram violentamente despejadas na ocasião. Segue um relato do despejo feito pelo lavrador Elísio e publicado no jornal *Luta Democrática*²² do dia 20/08/1961:

Há dez anos fiz contrato com o Sr. Emílio para derrubar madeira e plantar bananeiras. Consegui, apesar de velho, plantar 17 mil pés. Nunca tive contrato com este italiano que está sendo despejado. Veio aqui o general Castelo Branco e ameaçou-me para sair das terras. Depois vieram os oficiais de justiça. E, quarta-feira, eles voltaram com soldados, quebraram os pratos onde eu acabava de almoçar com minha família, danificaram os móveis e os entulharam de qualquer maneira num caminhão. Levaram-me preso para o depósito judicial, ameaçaram-me de pancada. A ameaça foi feita por um tal de Olavo. É tudo uma farsa. Até minhas abelhas sofreram, pois quebraram as colmeias que eu fizera de caixotes. Por deboche, um sargento que comandava os bandidos ainda me deu um favo, dizendo: estás reclamando? Mas ainda estou te dando mel... (*Apud* ARAÚJO, 1982, p. 36)

Muito embora a ação de despejo se destinasse formalmente aos sete *posseiros* indiciados e suas famílias, as ameaças e notícias sobre o caráter violento da desocupação repercutiam sobre o conjunto de ocupantes da Fazenda, cerca de 300 famílias. Segundo Hernandez (2010), vários lavradores teriam recebido notificações

²² Jornal de forte apelo popular criado por Tenório Cavalcanti em 1954.

judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se, pela primeira vez, em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à fazenda para impedir o despejo das outras três famílias que constavam no processo judicial. De diversas partes da Baixada Fluminense chegaram camponeses e operários, dispostos a ajudar. Eram centenas (ou milhares – as referências disponíveis divergem) de homens e mulheres armados de espingardas de caça e de repetição. Existia, ainda, em Magé, uma reserva pronta para se deslocar caso a situação se tornasse crítica. Os trechos de entrevistas e matérias de jornal destacados a seguir dão uma dimensão desta mobilização:

Você acredita que com menos de 24 horas nós tínhamos 2.000 homens armados dentro da Fazenda São Lourenço? Gente de Pedra Lisa, gente de Tinguá, gente de Xerém, gente de Campos. Vinha caminhão cheio de homem rapaz! (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Ernandez em 27/12/2004)

“Se aparecer algum policial, fogo nele!” Esta foi a deliberação tomada pelos 200 lavradores que cavaram trincheiras na Fazenda São Lourenço e dali não saem nem para comer: olhos vigilantes e dedo no gatilho das espingardas, esperam a invasão da força policial ou dos grileiros de Duque de Caxias. Núcleos camponeses fluminenses estão se organizando em concentração semelhante à das Ligas Camponesas nordestinas a fim de apoiar os companheiros da Fazenda São Lourenço na luta que travam em defesa de suas terras. (...) Núcleo de camponeses de Tabuleiro, Fábrica Nacional de Motores, Cantão de Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Pedra Lisa, Ponte Coberta e Km 49 solidarizam-se com seus companheiros e ameaçam também pegar em armas caso seja cometida qualquer violência contra os posseiros entrincheirados. (Caxias: ordem é morrer lutando. Lavradores em armas defendem suas terras. *Última Hora*, 19/08/1961, capa e p.7)

Então nessas resistências a gente se organizava mesmo. E nós fomos aperfeiçoando. Fomos aperfeiçoando, para resistir de qualquer maneira, então a polícia sabia que para entrar lá era um risco porque nós estávamos dispostos a tudo. Mas a gente fazia assim, a gente se armava mesmo. Nós tínhamos lá essas dinamites. Nós tínhamos dinamite preparada por quem sabia. Nós preparávamos para arrebentar ponte, acabar com o carro, arrebentar o carro, coisa assim não é. A polícia ia lá para reprimir, porque ela não queria que a gente se organizasse. A gente ficava de prontidão. Então nós ficávamos em unidades estratégicas, então a gente podia pegar na emboscada. (Laerte

Bastos em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 16/12/2004)

Longe de ser uma ação totalmente espontânea, temos indícios de que se tratava de uma estratégia política anteriormente desenhada. Manoel Antônio da Costa, em entrevista concedida a Hernandez em 2004, sugere que a região rural da Baixada Fluminense foi palco de treinamentos guerrilheiros dos quais teriam participado lideranças camponesas e operárias que atuaram nos conflitos por terra de Xerém e em Tinguá. Ainda não encontramos outras referências que nos levem a consolidar esta informação, mas o trecho de seu depoimento destacado a seguir pode nos oferecer um indício interessante para que possamos compreender as condições da adoção da resistência armada pelos lavradores de São Lourenço:

Eu já participei, não dentro do exército, mas eu já participei num trabalho aí fora, acho que chama “Curso de Guerrilha”. O que é um ato terrorista. Como é que faz um ato de terrorismo. Olha, eu não sei nem dizer para você qual o nome da coisa. Eu sei que o professor que na época deu essa instrução para nós, quem estava comandando era Francisco Julião. É um curso lá de Cuba. O cara veio de Cuba. Só que ele não deu documento, papel para ninguém. Nós tivemos só na prática, sabe como é que é. (...) Nós fizemos [o curso] em Magé. (...) Olha, eu lembro que na época desse curso participou, o falecido Henrique, Getúlio, o falecido Mauro Gorgonha, que era líder do Partido Comunista, Joaquim Antônio, Félix Escobar, Climério, que era o presidente da Petrobras (sic). Mas eu sei que foi um trabalho muito bom! Sabe por causa de que? Porque a gente pelo menos ficou sabendo como é que se defende de muitas coisas. Eu, olha só, aqui, eu moro aqui 20 anos, ninguém nunca roubou nada meu. Ninguém nunca mexeu com a minha família, com ninguém. (...) [Esse curso] foi antes da trincheira [de São Lourenço] e antes da revolução. Quando a gente partiu para a briga lá com os polícias lá da coisa, a gente já estava preparado (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 2004)

Inicialmente, a adoção desta estratégia de ação de confronto armado pelos lavradores da São Lourenço se deu contra a orientação das associações de lavradores da região e contra a linha majoritária do Partido Comunista, que mantinha uma presença constante nas organizações camponesas da Baixada Fluminense. Sobre tal aparente contradição entre a prática dos trabalhadores envolvidos na resistência e a vontade política das entidades, Nilson Venâncio relata que o movimento explodiria com ou sem orientação e que:

A reação armada era uma necessidade local. Se não tivesse orientação, ‘nego’ ia fazer de qualquer maneira. (...) Tinha um pessoal que era mais xucro, mais dado às coisas práticas, e tinha um pessoal que tinha outro tipo de responsabilidade e não podia se queimar participando das coisas. Havia dentro do partido gente simpática a isso, que deu apoio. Mas a linha central do partido era fazer pressão de massa (entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982).

Por sua vez, a Falerj, dirigida, à época, por José Pureza, manifestou-se dizendo que a entidade deveria respeitar e acatar tudo aquilo que fosse determinado pela massa. Nas palavras da liderança,

O movimento não era dirigido pelo PC. Se o movimento decidisse, era isto mesmo. Se os companheiros decidissem uma resolução mais forte, nós (a Federação) não recuávamos. Dávamos toda a força, procurávamos orientar da melhor forma. Não vamos escolher a forma de lutar. Se aparecer de uma forma nós a enfrentamos. A própria realidade é que vai dizer. (...) O PC tinha como tese lutas pacíficas, mas isto não queria dizer ‘dar a outra face’. Ação de jagunços se enfrentava. Nós obedecíamos o que o camponês dissesse. Sempre fomos soldados dos camponeses, soldados da classe. Quando achávamos errado, discutíamos com os companheiros. (*Apud* ARAÚJO, 1982, p.38).

Paralelamente à investida armada, Pureza, em suas memórias, relata que diante da decretação de despejo, recorreu à prefeitura de Duque de Caxias, à Assembleia Legislativa e ao governo estadual. Estava com o Secretário da Agricultura, discutindo a questão, quando foi noticiada pelo rádio a reação à bala. Decidiu procurar Tenório Cavalcanti e levá-lo à área. De acordo com Pureza:

Os repórteres queriam porque queriam fotografar a trincheira que avistamos no caminho, com uns quatro ou cinco camponeses. Consegui evitar isso e providenciar a vinda de dez camponeses para passar a procuração do processo para Tenório. Ele ficou sendo nosso advogado na questão. Político temido na região, que se impunha aos adversários pela valentia, Tenório, com certeza, tinha condições de convencer o juiz sobre a necessidade de suspender o despejo. Caxias era o reduto dele e Tenório aproveitava-se dessas situações para bater no peito e dizer que ao seu lado havia trinta mil camponeses fluminenses (PUREZA, 1982, p. 55).

Manoel Antônio da Costa também menciona a participação de Tenório Cavalcanti na luta dos camponeses da Fazenda São Lourenço. Seu depoimento, entretanto, sugere que o político teria auxiliado os lavradores na aquisição de armas para o levante:

O falecido Climério, que era o presidente da Petrobrás (sic), mais o Joaquim Antonio e o Pernambuquinho, nós fomos na casa do Tenório lá em Caxias. (...)Expomos a situação, que nós já estávamos com um pessoal assim assado, porque já tinha despejado uma casa lá, o cara já tinha feito covardia. Roubou tudo do cara e a gente ia resistir de ter mais um despejo. Entramos dentro de um carro, fomos embora com ele no Arsenal da Marinha, lá na Praça XV. [Chegamos de] jipe na Fazenda São Lourenço, cheinho de fuzil, metralhadora, granada, baiúca, tudo quanto era troço de explodir estava ali dentro. Só que nós não chegamos nem usar esse material. Nós nos defendemos com o que nós tínhamos, porque na hora que a gente estava dentro da trincheira a arma pesada que nós tínhamos lá era rifle e bala amarela. Então a gente ganhou a guerra só com isso aí. (Manoel Antônio da Costa em entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 2004)

Para além dos trabalhadores rurais, houve, também, como viemos tentando demonstrar, uma participação significativa de setores urbanos na luta contra o despejo. Segundo Grynspan (1987), o movimento teria instalado um “quartel general” no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Além desta categoria, o autor afirma que os ferroviários do município também estavam se preparando para entrar em greve caso os lavradores sofressem novas agressões. O Sindicato dos Petroleiros também é mencionado como apoiador do levante em diversas fontes que pudemos consultar. José Ricardo Ramalho, por sua vez, interessado em discutir as lutas operárias travadas pelos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores, menciona que:

A área rural da FNM e aquela que existia a sua volta foram objeto de preocupação e interferência do Sindicato dos Metalúrgicos [e que] a relação entre os trabalhadores da parte agrícola da fábrica e os camponeses das áreas vizinhas começou a partir do episódio da Fazenda São Lourenço. (...) A situação daquela região, em termos de distribuição de terras, criava conflitos abertos, e a organização demonstrada pelo sindicato na fábrica veio a transformá-lo num fórum onde tais questões podiam ser resolvidas. Alguns sindicalistas chegaram a defender posições mais radicais, como o apoio do sindicato às invasões de terras, mas a posição predominante considerava importante a solidariedade, a discussão, sem a interferência

direta nas ações dos camponeses (RAMALHO, 1989, pp. 158-159).

Do outro lado do conflito, a força policial mobilizada para a efetivação da ação de despejo também se organizava. O delegado de Duque de Caxias, Ney Amil Reichaid, colocou à disposição do juiz da 1ª Vara uma tropa composta de um sargento e seis soldados, que foram municiados de informações pelos “caguetes” do empregado de Fé Augusta, Olavo, e de um lavrador da própria São Lourenço, Ari Carneiro. Reproduzimos, a seguir, relatos do confronto por ambas as partes: oficiais de justiça e *posseiros* em resistência, respectivamente:

Nos dirigimos pela estrada do sítio, quando recebemos uma saraivada de balas, sendo ferido, nesta ocasião, o praça Mário dos Santos. Entrincheiramos no barranco próximo, de onde verificamos que estávamos cercados, e aí ficamos feridos, nós oficiais de justiça dessa diligência, e, após 20 minutos de fogo dirigidos para o local em que nos encontrávamos e, sem fazermos qualquer disparo, pedimos em voz alta para cessar o tiroteio, visto que não estávamos para matar ninguém e suspendíamos a diligência. Foi dado ordem para que nos retirássemos, e aí ainda recebemos mais descargas de tiros pelas costas e, ao entrarmos no carro, foi atingido o cidadão Ari Carneiro (que acabou falecendo).

Chegaram aqui na tarde de quarta e, para meter medo na gente, puseram na rua o Elísio Vitorino de Andrade, um velhinho de 90 anos. Queimaram-lhe a casa, jogaram-lhe os trens na rua e ainda o levaram preso. Na quinta, voltaram com dois caguetes da dona Fé. Começaram, logo que nos viram, a dar rajadas de metralhadora. Respondemos. Então, depois de mais de 200 tiros, renderam-se dizendo que estavam do nosso lado. Pediram que os deixássemos ir embora. Deixamos, pois havia quatro feridos. Não tomamos as armas dos soldados. (...) O nosso instinto de defesa, de preservação, fazia com que a gente respondesse a cada momento, mesmo sem uma organização maior. Em São Lourenço entraram os policiais num caminhão e saíram num carrinho amontoados (*Apud* ARAÚJO, 1982, p. 41).

Após o confronto, que deixou quatro homens feridos, o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro destacou 50 policiais para a região, tornando o clima ainda mais tenso. A questão passou ao âmbito do Dops e a perspectiva de que novos conflitos eclodiriam manteve mobilizados os lavradores. A ocupação da Fazenda por contingentes policiais parecia não ser uma novidade para eles. Para além da violência associada a esta presença, chama atenção o fato de que elementos da força policial

acabavam se constituindo, eles mesmos, em agentes de grilagem e de exploração da produção local.

A fazenda São Lourenço ficou durante anos com destacamento de polícia. Era tão ilegítimo o negócio, que depois de um tempo a própria polícia começava a tomar conta, a desmatar, explorar. Isso aconteceu com o sargento Jaime, sargento Waldir, sargento Baiano. Eles ocuparam a fazenda e ficavam incumbidos de administrar o destacamento. Eles começaram a se apropriar. Cobravam a *matagem* dos camponeses. Batiam, matavam, essa coisa toda. O grileiro passava a ser eles. (Nilson Venâncio, em entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982).

A estratégia até então inédita de luta adotada pelos *posseiros* da Fazenda São Lourenço e a repercussão da recepção armada aos oficiais de justiça encarregados do despejo foram determinantes para os encaminhamentos subsequentes do conflito por parte das várias instâncias do poder público. O juiz Albernaz Alvez suspendeu a ação, preocupado que a luta se alastrasse por outros territórios em situação fundiária semelhante.

No dia 21 de agosto de 1961, o governador fluminense Celso Peçanha decretou a urgência da desapropriação da fazenda, determinando-a utilidade pública. Segundo José Pureza, a vitória, configurada na desapropriação da área, foi comemorada por todos os Núcleos de Lavradores das proximidades: o de Piranema, Tabuleiro, FNM, Capitão Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Ponte Coberta e KM 49, além da Associação de Pedra Lisa. Todos esses Núcleos haviam manifestado disposição de se unir em armas aos *posseiros* de São Lourenço (PUREZA, 1982, p. 56).

Embora o decreto tenha significado uma importante vitória, os *posseiros* permaneceram em situação irregular até 1964, pois não haviam conseguido a propriedade jurídica da terra e, portanto, constavam como ocupantes de área pública. Três meses após a expedição do decreto de desapropriação, uma matéria publicada pelo jornal *Última Hora* ilustra bastante bem a manutenção do clima de tensão e violência que permanecia caracterizando a região:

Dez mil cruzeiros por cabeça de lavrador morto é o preço estabelecido pelos grileiros da Fazenda São Lourenço” – declara-nos o Sr. Henrique Neves de Carvalho, que foi alvejado quando dormia em companhia da mulher e dos três filhos. Uma gang de pistoleiros vem sendo formada com o objetivo de acabar com todos os lavradores de Xerém. Essa capangada tem como chefe um tal de José Vasconcelos e José Goiaba, ambos

financiados pelo italiano Antônio Strufaldi. (...) Um dos lavradores, quando viajava de trem rumo a Belfort Roxo, foi agredido por um dos componentes da gang, que quase o enforcou às vistas dos demais passageiros. (...) Nilson Venâncio fez à reportagem um relato: “querem assassinar 15 lavradores a fim de que os demais fiquem amedrontados e abandonem as terras cobiçadas pelos grileiros. Vários companheiros já sentiram a violência. Pernambuquinho, por exemplo, é lavrador como qualquer um de nós e foi alvejado pelas costas. Zezinho, outro companheiro, teve os olhos furados à bala por um tal de Aníbal, que se intitula subdelegado local. Antônio Soares e José Tibúrcio estão ameaçados de morte. Enquanto isso, a polícia nos persegue, deixando impunes os assassinos profissionais.” (...) (Grileiros contratam pistoleiros para matar lavradores de Caxias, *Última Hora Fluminense*, 09/10/1961, p. 3)

Considerando este contexto de indefinição e violência que sucedeu a deflagração das trincheiras de São Lourenço, traremos no tópico seguinte elementos para discutirmos os efeitos do Golpe civil-militar de 1964 na região sobre a qual estamos nos debruçando.

4. O Golpe civil-militar e a repressão aos camponeses em Xerém

Após o Golpe de 1964, todas as 22 desapropriações ocorridas desde 1958 no estado do Rio de Janeiro, inclusive a da Fazenda São Lourenço, foram revertidas (ERNANDEZ, 2010). As lideranças camponesas foram perseguidas, assim como as suas organizações de classe. Há poucas informações sobre os efeitos da repressão na região rural neste período, mas algumas pistas merecem ser destacadas para investimentos de pesquisa futuros.

Em Xerém, a repressão atingiu as áreas rurais e a Fábrica Nacional de Motores. Um operário, entrevistado por José Ricardo Ramalho, relata que o Exército invadiu casas e plantações mantidas por colonos e destruiu o que pode. Prendeu e torturou pessoas. Um caso narrado é ilustrativo da concepção existente sobre as lutas na região: “um camponês, *posseiro*, foi amarrado de cabeça para baixo no sol quente, em frente da esposa e filhos, ‘para dizer onde tinha arma escondida’” (RAMALHO, 1989, p. 201).

Com efeito, as lutas camponesas eram entendidas pelos militares como possíveis focos de preparação de guerrilhas e tratadas com extrema violência. O tema é bastante explorado no IPM 709, que investigou as ações do Partido Comunista: em diversas passagens desse documento é clara a preocupação com uma espécie de cinturão de conflitos que cercava a cidade do Rio de Janeiro. Segundo o documento, “pacíficos

lavradores eram persuadidos a ações violentas por lideranças partidárias, que se aproveitavam de suas fragilidades” (IPM 709, 1966).

Algumas das entrevistas às quais tivemos acesso ajudam a dar uma dimensão da repressão que se abateu sobre a região:

Depois de Capivari aconteceu a guerra. Em 64. Engoliu aquilo tudo, passou o sarrafo, aí acabou, acabou de vez. Aí não tinha dinheiro, não tinha trabalhador, não tinha nada. Eles roubavam o que tinha. O Exército entrou, roubou mais do que a polícia! Dizia que o cara era comunista e quebrava tudo. Se o cara não está aí, prende a família dele logo. E assim, um bocado de gente sumiu, um bocado de gente nessa história rapaz. Tem gente que sumiu que não tinha nada a ver com o troço rapaz. (...) No dia 1º de abril de 64 estourou o golpe militar. E aí começaram... Chegaram lá procurando as lideranças. E sabe que tem gente que dá informação de tudo rapaz. Aperta um cá e fala, aperta outro cá, fala. Eles foram lá aonde eu trabalho, me levaram lá perto para depor. Quer dizer, eles tinham bem a informação. Então eu ainda saí antes da coisa. (...) Mas eles eram tudo terrorista mesmo, que estavam lá bancando, dizendo que os comunistas eram perigosos. Os perigosos eram eles que estavam lá entendeu? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Ernandez em 2004).

Aí nesse ínterim estourou a revolução. E nós nessa coisa, nesse contato com o sindicato e tudo o mais. E a revolução estava assim: derruba o Jango ou não derruba. Quando nós entramos nisso, nós já falamos “não fale no negócio da política, mas só na luta da terra.” Mas uma coisa liga a outra, nós estávamos mobilizados. A nossa proposta era uma proposta da reforma agrária, da posse da terra, aquela coisa toda. Estávamos engajados na luta. Então na noite de 31 nós estávamos lá numa mobilização. Formamos uma estratégia, combinamos assim entre nós: vamos mobilizar o pessoal, mas cada um vai para casa. Fica tranquilo com suas esposas e não tem como mexer. Isso que também nós colocávamos para essa coisa. Então as tropas do Mourão Filho já tinham descido. Quando eles chegaram ali na FNM, na serra, eles mandaram um pessoal do exército lá para dentro, motorizado e tudo, com aquele jipão do Exército, aquela coisa toda. Quando nós desmobilizamos a gente saiu de onde estava, fomos para dentro da roça de arroz e ficamos lá esperando clarear o dia e tal, querendo saber, aquela coisa toda. Aí a gente saiu para uma região que a gente sabia que tinha, conhecia à área não é, dentro de uma pequena mata. Estavam lá procurando onde era o foco da gente. Tem que sair, tem que sumir, tem que ficar longe (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2004).

A perseguição, quando não se consumava em prisões e violências físicas, impelia os militantes a viverem escondidos. Muitas famílias camponesas e operárias de Xerém foram, assim, desestruturadas pela ditadura civil-militar. O depoimento de Nicodemos Alves Machado, trabalhador da FNM e membro do sindicato dos metalúrgicos, descreve bem esta situação:

Quando foi em 64 que estourou a revolução, eles foram nos prender. Eu saí de Xerém, entrei naquelas matas e fui parar lá em Tinguá. Fiquei lá comendo coco, bebendo água. Quando eu voltei, a minha esposa falou assim: ‘o capitão tá aí te procurando, mais uns caras’. Seja o que Deus quiser, e foi indo aquela luta todinha. Eles foram lá, meteram as máquinas, derrubaram as casas todinhas. A casa onde eu morava foi derrubada. Aí foi aquele sofrimento, de maneira que eu fugi. Depois me prenderam. Eu fiquei preso determinado tempo, depois soltaram a gente, mas a gente tinha que ir todo dia lá assinar. Correndo aquele tempo todo. Aí eu pensei: “Meus Deus, o que eu vou fazer aqui?” Não tinha mais nada de sobrevivência. Tinha um caminhão que ia pro Paraná e eu pedi uma carona. Peguei minha mulher, mais dois filhos e um outro garoto que nós criamos e fomos naquele caminhão. Aí fomos pra Apucarana, no Paraná. Eu arranjei um trabalho num representante da FNM. De vez em quando chegavam umas pessoas e olhavam. Eles vendiam os caminhões, gente do Rio, da FNM, me conheciam. Aí eu pensei assim: “Não vai dar certo não, tenho que ir para frente.” Aí fui trabalhar numa oficina de comissão perto de Maringá. Aí apareceu um motorista e falou: “rapaz, vai lá para fronteira do Brasil que lá eles pagam bem e precisam de gente para trabalhar”. (...) Minha senhora é crente. Eu era também. Infelizmente, na época da ditadura, o pessoal da Igreja quando me via... Discriminação. Nós estávamos passando por aquele problema, né? (...) Foi uma pressão psicológica muito grande. Minha mulher herdou diabetes, deu problema nas pernas dela. Ficava muito tempo sozinha, amamentando. Ela amamentava minha filha e um sobrinho, um em cada peito, porque não tinha comida (Entrevista concedida a Aline Borghoff Maia e a Elisandra Galvão em junho de 2015).

Se a repressão contra lavradores e operários foi implacável e logrou desmobilizar significativamente os trabalhadores e entidades às quais nos referimos ao longo deste texto, há alguns indícios de que em Xerém tenha havido um princípio de organização de resistência de caráter guerrilheiro promovida pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em um interrogatório constante do prontuário de Joaquim Antônio, datado de 1971, o depoente afirma que o MR-8 possuía algumas áreas no Brasil com possibilidades de trabalho político e as menciona com seus

codinomes: Marajó (Alagoinhas), Pará (Xerém, Tinguá, Capivari), Roraima (Bahia) e Acre (Cachoeira de Macacu). É sabido que Félix Escobar Sobrinho, diretamente envolvido nas mobilizações pré-64 de São Lourenço e Capivari, atuou na organização tendo, inclusive, vivido na mesma residência de Iara Iavelberg num arranjo em que se apresentavam como pai e filha. O nome de Félix integra a lista anexa à Lei nº 9140/95, onde constava como desaparecido desde a prisão, ocorrida em 1971, provavelmente na Baixada Fluminense²³. A existência de tais focos de ação armada chama atenção especialmente se levarmos em consideração que, em 1968, o município de Duque de Caxias foi declarado área de interesse da Segurança Nacional por abrigar em seu território a Reduc²⁴.

Para além destas, há poucas informações sobre o período ditatorial no campo na região. Em um seminário intitulado “História da resistência camponesa, luta pela terra e temas sobre a Baixada Fluminense”, realizado no dia 12 de setembro de 2015 no Colégio Paroquial Jesus Maria José, em Xerém, entretanto, os debates fomentados levantaram pistas interessantes a serem perseguidas. Um participante, antiga liderança camponesa da região, afirmou que na FNM havia uma espécie de delegacia para onde muitas pessoas, camponeses ou operários, foram levadas para serem interrogadas e torturadas. De lá, eram enviadas para o Dops, no Rio de Janeiro.

Outro expositor, neto de Domingos Lopes, um lavrador que atuou diretamente nos conflitos de São Lourenço e Capivari, asseverou que documentos do Dops datados de abril de 1970 e constantes no IPM de Duque de Caxias associavam seu avô à organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O mesmo informante ainda expôs que em Xerém havia um sítio onde dois militantes do PCB, Joaquim Pires Cerveira e Albertina Paulo de Souza, faziam trabalho de base para o partido. Seu avô, depois de ter ficado desaparecido por três meses, foi encontrado em estado de semi-inconsciência no hospital Torres Homem, em Manguinhos, vindo a falecer pouco tempo depois.

Essas informações apontam para uma face pouco conhecida da história dos conflitos no campo que é a tentativa de criação, por diferentes organizações de esquerda que se formaram a partir de dissidências do Partido Comunista, de focos de treinamento guerrilheiro em áreas onde houve forte atuação das organizações camponesas no pré-

²³ Sua morte foi reconhecida em 12 de Dezembro de 2014, poucos dias após a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

²⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5449.htm

64²⁵. Ademais, evidenciam, como temos tentado demonstrar ao longo do presente texto, que os espaços de intercessão entre as militâncias operárias e camponesas construíam-se em relações sociais não dicotômicas e estagnadas, mas dinâmicas e complementares. Estas esferas de articulação mostraram-se mais uma vez evidentes na reorganização das lutas fundiárias que, a partir dos anos 1980, foram deflagradas na Baixada Fluminense na forma de ocupações de terra. Consideramos que uma análise sobre este período requer um adicional esforço de pesquisa empírica e teórica que, no espaço deste artigo, não teremos condições de desenvolver com propriedade. Destacaremos, entretanto, alguns pontos que corroboram nossa argumentação.

5. Os anos 1980: retomada das mobilizações e reocupações de terras

Ao longo dos anos 1970 e 1980, a Baixada Fluminense passou por uma nova onda de intensificação urbana e os processos de grilagem e expropriação recorrentes desde os anos 1950, por consequência, voltaram a exercer uma forte pressão sobre as terras de uso agrícola da região. Dabul (1987) lança luz, neste sentido, sobre uma nova forma de mercantilização do solo rural que passou a disputar com a agricultura e as atividades camponesas os espaços em áreas de fronteira com os aglomerados urbanos: trata-se dos loteamentos vendidos para a formação de sítios de recreio e veraneio para famílias de classe média.

Em trabalho de campo realizado em dezembro de 2015 pelas terras da antiga Fazenda São Lourenço, foi-nos possível ter uma ideia bastante clara desta forma de ocupação local: contrastam com as pequenas casas e lavouras que ainda sobrevivem, sítios e chácaras particulares, muitos deles destinados ao aluguel para grupos de igrejas evangélicas das mais diversas confissões. Evidentemente, a chegada de tais loteamentos reconfigurou, em certa medida, os sentidos de uso e ocupação do espaço e foi responsável pela expulsão – embora não através de conflitos como os narrados anteriormente – de diversas famílias engajadas em atividades de agricultura na localidade. Novamente, a valorização das terras rurais para fins de especulação e loteamento de caráter urbano redefiniu as dinâmicas fundiárias do interior de Xerém²⁶.

²⁵ Ver capítulo 2 (“Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu”), escrito por Fabrício Teló e Ricardo Braga, do relatório “Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” (MEDEIROS et al., 2015).

²⁶ Agudizando este quadro, a extinção do ramal ferroviário de Xerém, que ligava o distrito a Belford Roxo, deixou os lavradores com dificuldade de acesso aos mercados nos quais comercializavam seus produtos.

Para além de uma conjuntura que impunha, por si só, a necessidade de mobilização, as experiências e acúmulos da resistência ocorrida no período anterior em muito contribuíram para esta nova forma de luta pelo direito à terra. Neste sentido, embora a repressão ditatorial tenha atingido de diversas maneiras as possibilidades de organização dos trabalhadores na região que estamos analisando, a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em Xerém, em 1978, sugere que o período não tenha sido de total desmobilização, mas de reconfiguração das formas de luta e articulação.

Tendo a frente antigas lideranças das lutas por terra na Baixada Fluminense, como Joaquim Antônio, Laerte Bastos e Chico Silva, e recebendo apoio da Pastoral Ecumênica de Xerém, o NAF possuía o objetivo de organizar os lavradores em torno de demandas como crédito e condições de comercialização da produção. Novos desafios, afinal, se impunham à realidade dos trabalhadores ocupantes das antigas regiões de conflito fundiário localizadas em Duque de Caxias. As ocupações de terra deflagradas no início da década de 1980, grande parte delas localizadas nestas mesmas regiões, parecem vincular-se, também, à ação da nova entidade que, gradativamente, tornava-se polo irradiador de novas iniciativas organizativas e mobilizadoras.

Embora não tenhamos como adentrar em detalhes na dinâmica destes movimentos de (re)ocupação, vale ressaltar que, para além dos lavradores, eles reuniram também um significativo público de pessoas que viviam nas franjas urbanas e enfrentavam problemas de moradia típicos das áreas de periferização intensa. De acordo com um técnico da Emater²⁷, este público era composto por desempregados, pedreiros, serventes, motoristas e feirantes em busca de uma sobrevivência na terra.

Para além da pressão por moradia e terra e da retomada da organização abordada no tópico anterior, é preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do estado, marcada pela eleição de Leonel Brizola como governador em 1982. Esse fato foi extremamente importante por criar o que foi percebido como uma oportunidade política (TARROW, 2009) para a retomada das ocupações de terras que já estavam sendo gestadas.

A postura do novo governador foi a de negociar e evitar repressão, o que encorajou as iniciativas. Em maio de 1983, neste sentido, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários para atuar nos conflitos fundiários rurais (NOVICKI, 1992). Logo depois,

²⁷ Entrevista com Luis Fernando, técnico da Emater de Nova Iguaçu, feita por Marcelo Hernandez em 03/08/2005.

em novembro, foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), ligada à Secretaria da Justiça e posteriormente à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), criada em maio de 1986, para tratar de questões fundiárias tanto rurais como urbanas. Dessa forma, o governo estadual se munia de mecanismos institucionais para lidar com os conflitos, sem priorizar ações repressivas.

Nesse processo, diversas desapropriações foram feitas, apesar de os governos estaduais, por disposições constitucionais, não terem poder para realizar desapropriações por interesse social. Frente a essa dificuldade, eram utilizados mecanismos como o de desapropriação por utilidade pública ou para a criação de fazendas experimentais. Criava-se assim um fato político, os trabalhadores eram alocados na terra, e o proprietário teria que provar a propriedade para receber indenização. Em alguns casos, isso nunca aconteceu e os trabalhadores puderam continuar, mesmo que às vezes, somente de posse de uma licença de ocupação. É nessa lógica que foram desapropriadas em Nova Iguaçu, Campo Alegre e Pedra Lisa, ainda no governo Brizola e nos anos posteriores, a fazenda Normandia. Pelo governo federal, foram desapropriadas em Nova Iguaçu, Boa Esperança, São Bernardino e, em Duque de Caxias, a 3ª. Gleba de Capivari, ainda em 1982, e Morro Grande, já em 1989.

Embora não esteja no escopo deste trabalho discutir com profundidade estes movimentos de ocupação e sua relação com a política fundiária dos governos, nos interessa ressaltar, mais uma vez, que o lugar das dinâmicas comumente categorizadas como rurais, na Baixada Fluminense, se constrói na relação permanente com os processos de urbanização que, apesar das especificidades de cada período histórico, acompanham a ocupação e o desenvolvimento da região. Assim, se as tensões sociais gestam-se a partir dos efeitos da expansão das fronteiras urbanas, a organização de resistências, em suas diferentes formas, também encontra nas articulações proporcionadas por essas situações fronteiriças as suas condições de desenvolvimento.

Considerações finais

Reiterando uma vocação historicamente construída, hoje, num contexto de reprimarização da economia e de processos de acumulação espoliativos (HARVEY, 2005), a Baixada Fluminense é palco de alguns dos maiores projetos desenvolvimentistas em curso no país, como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), e concentra o segundo maior polo industrial do Brasil. A expansão da fronteira do capital para a geração de *commodities* para exportação resulta

na apropriação de territórios e na redefinição das formas locais de ocupação do espaço, fazendo eclodir uma série de antinomias sociais. Na contramão das vantagens promovidas pelo crescimento econômico em nível nacional, este processo, quando não remove de suas terras comunidades inteiras, promove a inviabilização de atividades agrícolas e extrativistas. Somando-se a este quadro, a alocação concentrada de grandes investimentos industriais resulta num descompasso significativo entre o aumento populacional que proporciona e as condições de infraestrutura e serviços necessárias a sua recepção sadia.

Se atualmente este cenário é referenciado a uma conjuntura específica e se traduz pelas chaves conceituais de categorias contemporâneas como conflitos socioambientais, comunidades tradicionais, megaempreendimentos e neoextrativismo, um olhar atento por sobre a história da Baixada Fluminense permite que vislumbremos, guardadas as devidas proporções relativas às diferentes figurações (ELIAS, 2000), sentidos e efeitos semelhantes entre o processo descrito acima e os impactos da incorporação urbana nas áreas rurais da região a partir de meados do século XX. Trata-se, grosso modo, de situações diferenciadas no tempo, mas que compartilham uma origem comum e resultam em dinâmicas de expropriação, violação de direitos e organização de resistências.

Partindo das premissas de que a reconstrução do passado constitui-se em condição basilar para a compreensão crítica dos processos contemporâneos e de que a formulação de uma “história a contrapelo” (Benjamin, 1986) pode, neste sentido, ajudar a revelar relevantes aspectos silenciados sobre os processos sociais, este artigo se debruçou sobre conflitos por terra deflagrados em Xerém na década de 1960. Mais especificamente, analisou as implicações das articulações rufo-fabris para a conformação das situações conflituosas e das resistências que se delinearam no distrito em oposição às ameaças de despejo que passaram a se tornar frequentes com a exponencial valorização fundiária da região.

Construímos o argumento de que a análise de tais conflitos deve priorizar uma abordagem de dimensão relacional entre os processos propriamente fundiários e o contexto de incorporação urbana de caráter periférico da Baixada Fluminense à Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Acionamos, para tanto, a ideia de que o vocacionamento desta área à satisfação das demandas da capital fluminense, sejam elas relacionadas ao seu abastecimento agroalimentar ou à absorção da massa trabalhadora em transbordo, repercutiu diretamente na redefinição das dinâmicas produtivas e

populacionais de suas terras rurais. Neste bojo, destacamos a valorização do solo e a atração de significativos e heterogêneos contingentes populacionais à região como variáveis extremamente relevantes para a composição do quadro que nos propusemos esboçar.

Por fim, ressaltamos que as abordagens que dicotomizam os universos rural e urbano, camponês e operário, ainda tão presentes na literatura das Ciências Sociais, não dão conta da complexa realidade dos conflitos e movimentos por terra que se arrolam na Baixada Fluminense dos anos 1950 e 1960. Para superação de tal limite, advogamos que o lugar do rural em tal região deve ser apreendido em suas articulações com os processos de urbanização que estendem suas fronteiras para além das cidades.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.
- ALVES, José Cláudio S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.
- AMADOR, Elmo. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.
- BARCELLOS, Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- COSTA, Pierre A. *Duque de Caxias - de cidade-dormitório à cidade do refino de petróleo: um estudo econômico-político do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970*. Tese (Doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2009.
- DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. In *Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. Cadernos do CEDI*, 17. Rio de Janeiro: CEDI. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.
- DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ, Marcelo e ROSA, Marcelo. *Ocupações e*

acampamentos. *Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Miriam. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro: 1987.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IPM 709. *O comunismo no Brasil*. Brasília: Biblioteca do Exército (4 volumes), 1966.

MARICATO, Ermínia. Metrôpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. Rio de Janeiro: *Revista Pilares da História*, nº 6, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro*. (Relatório de Pesquisa). *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979*. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado). Campinas: Unicamp, 1995.

MENEZES, Heloísa R. G. *Reforma agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana*. Dissertação (mestrado), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1991.

NOVICKI, Vítor A. *O estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação (mestrado), Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992.

PORTELLI, A. What makes oral history different. In: PERKS, R.; THOMSON, A. *The oral history reader*. London and New York: Routledge, 1998.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária. O caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008 (organização de Leonilde Servolo de Medeiros).

SOUZA, Marlúcia Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: *Revista Pilares da História*, nº 6, 2006.

SUZUKI, Julio César. *Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação*. *Revista Nera*, n. 10, jan.-jun. 2007.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. v. 1. tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.